

Jalles
Machado S.A.

**Informações contábeis trimestrais - ITR em
em 30 de junho de 2024**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais - ITR	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Jalles Machado S.A.
Goianésia – GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Jalles Machado S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).



Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 13 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-0

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Balancos patrimoniais em 30 de junho e 31 de março de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024			30/06/2024	31/03/2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.275.447	980.080	1.297.853	1.049.863	Empréstimos e financiamentos	11	207.064	229.700	214.916	237.577
Caixa restrito	4	17.800	17.453	17.800	17.453	Arrendamentos a pagar	24	72.696	69.943	136.356	149.069
Contas a receber e outros recebíveis	5	50.266	77.148	72.615	126.075	Fornecedores e outras contas a pagar	12	119.740	73.909	160.589	159.389
Estoques	6	333.453	172.973	490.879	224.848	Instrumentos financeiros derivativos	18	116.987	88.015	119.453	88.015
Adiantamento a fornecedores		1.867	1.587	3.593	3.273	Provisões e encargos trabalhistas	13	42.250	30.950	59.292	44.607
Ativos biológicos	10	441.792	402.879	585.366	531.263	Obrigações fiscais		12.889	10.378	22.612	20.539
Impostos e contribuições a recuperar	7	39.237	30.882	61.505	52.423	Dividendos a pagar	17	4.775	4.775	4.775	4.775
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		53.375	41.125	53.640	41.594	Imposto de renda e contribuição social a recolher		22.960	-	24.706	2.483
Instrumentos financeiros derivativos	18	40.472	61.765	40.472	61.765	Adiantamento de clientes	14	86.632	27.075	89.085	28.950
Dividendos a receber	8 c	3.888	11.653	3.888	3.888						
Outros ativos		3.241	4.281	6.275	7.838						
Total do ativo circulante		2.260.838	1.801.826	2.633.886	2.120.283	Total do passivo circulante		685.993	534.745	831.784	735.404
Não circulante						Não circulante					
Caixa restrito	4	1.487	2.129	1.487	2.129	Empréstimos e financiamentos	11	2.719.204	2.331.813	2.784.801	2.399.176
Contas a receber e outros recebíveis	5	9.612	9.839	53.717	54.532	Arrendamentos a pagar	24	1.134.057	861.559	1.269.028	1.230.657
Impostos e contribuições a recuperar	7	11.185	12.230	105.234	102.036	Instrumentos financeiros derivativos	18	146.303	85.207	151.627	85.243
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	496	490	Impostos diferidos	15	63.864	139.725	78.666	147.340
Instrumentos financeiros derivativos	18	80.654	86.657	80.654	86.765	Obrigações fiscais		3.930	7.377	3.930	7.377
Depósitos judiciais	16	67.056	63.475	69.534	65.601	Fornecedores e outras contas a pagar	12	431	419	431	419
Impostos diferidos	14	-	-	5.305	24.992	Provisões para contingências	16	13.178	13.199	22.817	21.566
Investimentos	8	1.642.294	1.540.422	95.086	89.652						
Imobilizado	9	1.525.605	1.556.877	2.704.908	2.719.679	Total do passivo não circulante		4.080.967	3.439.299	4.311.300	3.891.778
Direitos de uso	24	1.229.088	965.221	1.448.989	1.421.028	Patrimônio líquido	17				
Intangível		11.521	10.126	16.168	14.753	Capital social		1.039.266	1.039.266	1.039.266	1.039.266
						Reservas de lucros		1.021.423	1.021.423	1.021.423	1.021.423
Total do ativo não circulante		4.578.502	4.246.976	4.581.578	4.581.657	Ajustes de avaliação patrimonial		12.325	12.692	12.325	12.692
						Dividendos adicionais propostos		15.638	15.638	15.638	15.638
Total do ativo		6.839.340	6.048.802	7.215.464	6.701.940	Ações em tesouraria		(14.261)	(14.261)	(14.261)	(14.261)
						Prejuízos acumulados		(2.011)	-	(2.011)	-
						Total do patrimônio líquido		2.072.380	2.074.758	2.072.380	2.074.758
						Total do passivo e patrimônio líquido		6.839.340	6.048.802	7.215.464	6.701.940

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Jalles Machado S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receita operacional líquida	19	309.895	327.439	401.268	445.052
Varição do valor justo de ativos biológicos	10	64.445	(40.421)	78.271	(14.114)
Custo das vendas e serviços	20 (a)	<u>(233.466)</u>	<u>(210.768)</u>	<u>(308.403)</u>	<u>(317.064)</u>
Lucro bruto		140.874	76.250	171.136	113.874
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	20 (b)	(39.886)	(29.879)	(41.392)	(31.005)
Despesas administrativas e gerais	20 (c)	(30.889)	(23.673)	(37.705)	(28.792)
Reversão (Provisão) para perdas de crédito esperadas	5	(328)	(19)	(328)	(19)
Outras receitas	21	36.987	20.775	58.407	24.474
Outras despesas	21	<u>(2.630)</u>	<u>(833)</u>	<u>(4.558)</u>	<u>(12.414)</u>
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		104.128	42.621	145.560	66.118
Despesas financeiras	22	(105.680)	(59.300)	(115.205)	(64.216)
Receitas financeiras	22	44.703	32.857	45.903	34.211
Variações monetárias e cambiais líquidas	22	(9.370)	6.030	(9.370)	6.030
Instrumentos derivativos líquidos	22	<u>(98.886)</u>	<u>22.337</u>	<u>(106.645)</u>	<u>22.337</u>
Resultado financeiro líquido	22	(169.233)	1.924	(185.317)	(1.638)
Resultado de equivalência patrimonial	8	<u>26.481</u>	<u>14.105</u>	<u>4.948</u>	<u>4.414</u>
Resultado antes dos impostos de renda e contribuição social		(38.624)	58.650	(34.809)	68.894
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(39.615)	-	(40.940)	(1.480)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>75.861</u>	<u>(9.158)</u>	<u>73.371</u>	<u>(17.922)</u>
Resultado do exercício		(2.378)	49.492	(2.378)	49.492
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	23			<u>-0,0079</u>	<u>0,1679</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Jalles Machado S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Controladora e consolidado				
Resultado do exercício	(2.378)	49.492	(2.378)	49.492
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(2.378)</u>	<u>49.492</u>	<u>(2.378)</u>	<u>49.492</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Jalles Machado S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Subvenção para investimentos	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de abril de 2023	982.096	13.524	(14.261)	62.739	350.817	542.330	-	-	1.937.245
Distribuição de dividendos conf. AGO em 27 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	49.492	49.492
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	(275)	-	-	-	-	-	275	-
Destinação de lucros:									
Constituição de reserva de subvenção para investimento	-	-	-	-	12.589	-	-	(12.589)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	982.096	13.249	(14.261)	62.739	363.406	542.330	-	37.178	1.986.737
Saldos em 1º de abril de 2024	1.039.266	12.692	(14.261)	67.037	413.371	541.015	15.638	-	2.074.758
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(2.378)	(2.378)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	(367)	-	-	-	-	-	367	-
Saldos em 30 de junho de 2024	1.039.266	12.325	(14.261)	67.037	413.371	541.015	15.638	(2.011)	2.072.380

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Jalles Machado S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Resultado do exercício		(2.378)	49.492	(2.378)	49.492
Depreciação de imobilizado e amortização do intangível	20.a,b,c	21.802	25.849	42.938	63.333
Depreciação de lavoura	20.a	26.172	23.674	39.615	26.599
Amortização de tratos culturais	20.a	51.618	51.528	63.318	70.346
Depreciação de direitos de uso	20.a	28.594	12.234	30.754	15.754
Resultado na baixa de imobilizado	9	248	148	147	148
Resultado de equivalência patrimonial		(26.481)	(14.105)	(4.948)	(4.414)
Variação do valor justo de investimentos		(2)	(3)	(2)	(3)
Provisão de variação cambial		(2.341)	-	(2.341)	-
Provisão para contingências	16	(21)	(76)	1.251	56
Amortização de custos de transação de empréstimos	11	2.177	1.770	2.177	1.770
Provisão para perdas de créditos esperada	5	328	19	328	19
Provisão com instrumentos derivativos	18	98.886	(22.337)	106.749	(22.337)
Variação do valor justo do ativo biológico	10	(64.445)	40.421	(78.273)	14.114
Valor justo de CBIOS		4.415	(4.766)	4.845	(4.766)
Provisão para estoque de lenta movimentação	6	385	(227)	461	(227)
Variação cambial de empréstimos	11	11.287	(9.307)	11.287	(9.307)
Ajuste a valor presente		(3.763)	(4.264)	(3.763)	(4.264)
Impostos e contribuições correntes		39.615	-	40.940	1.481
Impostos e contribuições diferidos	15	(75.861)	9.158	(48.987)	17.922
Atualização financeira de depósitos judiciais	16	(1.056)	(7.036)	(1.056)	(7.036)
Juros provisionados sobre contratos de arrendamento e parcerias agrícolas	24	12.865	13.420	19.942	15.577
Rendimento de aplicações financeiras de longo prazo	4	-	(1.190)	-	(1.190)
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	11	70.218	56.570	72.458	59.202
Variações em:					
Contas a receber e outros recebíveis		26.782	(21.422)	53.948	(39.952)
Estoques		(41.650)	(29.079)	(78.145)	(64.736)
Ativos biológicos		(67.845)	(76.172)	(113.606)	(103.991)
Adiantamento a fornecedores	10	(280)	338	(320)	975
Impostos e contribuições a recuperar		(7.310)	4.162	(12.280)	11.397
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.097)	(6.704)	(2.899)	(7.005)
Outros ativos		1.040	1.251	1.563	1.315
Depósitos judiciais		(2.525)	3.913	(2.877)	3.667
Fornecedores e outras contas a pagar		41.320	(5.118)	(10.002)	11.746
Provisões e encargos trabalhistas		11.300	10.779	14.685	10.865
Obrigações fiscais		2.827	12.942	2.389	15.120
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(23.744)	-	(23.744)	-
Adiantamento de clientes		59.557	17.890	60.135	19.011
Aplicações em caixa restrito	4	(443)	(22.453)	(443)	(22.453)
Rendimento em caixa restrito	4	(378)	-	(378)	-
Resgate de caixa restrito	4	1.116	6.769	1.116	6.769
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	18	18.477	(57.549)	18.477	(57.549)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	11	(48.560)	(37.723)	(50.898)	(40.181)
Juros pagos de arrendamentos	24	(12.865)	(13.420)	(19.942)	(15.577)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.064)	-	(4.126)	(1.467)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		143.920	9.376	128.115	10.223
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aquisição de investimento		(264)	(785)	(484)	(984)
Aumento de capital em investida	8	(98.420)	(55.000)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	10	(28.749)	(24.355)	(74.131)	(28.594)
Aquisição de ativo intangível		(1.804)	(653)	(2.021)	(653)
Dividendos recebidos	8	31.060	-	-	-
Valor recebido em caixa por venda de imobilizado	9	2.834	274	2.939	274
Plantações e aquisições de lavouras de cana-de-açúcar	9	(49.304)	(61.822)	(79.294)	(93.525)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(144.647)	(142.341)	(152.991)	(123.482)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	11	384.374	50.602	384.374	50.602
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	(54.741)	(67.871)	(56.434)	(69.799)
Amortização de arrendamentos	24	(35.880)	(32.217)	(57.415)	(27.560)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos		293.753	(49.486)	270.525	(46.757)
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		293.026	(182.451)	245.649	(160.016)
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(2.341)	-	(2.341)	-
Caixa e equivalentes no início do exercício		980.080	946.188	1.049.863	999.121
Caixa e equivalentes no fim do exercício		<u>1.275.447</u>	<u>763.737</u>	<u>1.297.853</u>	<u>839.105</u>
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		293.026	(182.451)	245.649	(160.016)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Jalles Machado S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receitas	380.015	376.310	504.983	501.589
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	353.162	363.102	466.181	499.704
Outras Receitas	28.871	14.142	40.846	2.819
Devolução de Vendas	(1.690)	(915)	(1.716)	(915)
Reversão (constituição) líquida de provisão para perdas de crédito esperadas	(328)	(19)	(328)	(19)
Insumos adquiridos de terceiros	(66.222)	(135.949)	(60.709)	(142.059)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(84.438)	(71.809)	(87.639)	(99.566)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(44.865)	(32.957)	(49.471)	(34.920)
Ganho líquido decorrente mudança de valor justo e realização da mais ou menos valia dos ativos biológicos	64.445	(40.421)	78.271	(14.114)
Reconhecimento de valor justo de CBIOS	(4.414)	4.766	(4.844)	2.069
Ganho por compra vantajosa em controlada	-	-	-	-
Perda/recuperação de valores ativos	3.050	4.472	2.974	4.472
Valor adicionado bruto	313.793	240.361	444.274	359.530
Depreciação, amortização e exaustão	(128.186)	(128.438)	(176.625)	(191.184)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	185.607	111.923	267.649	168.346
Valor adicionado recebido em transferência	324.184	426.752	303.855	418.414
Resultado de equivalência patrimonial	26.481	14.105	4.948	4.414
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-
Receitas financeiras	35.219	28.588	36.418	29.941
Ganho com variações cambiais	4.009	13.569	4.009	13.569
Ganho em operações com derivativos	258.475	370.490	258.480	370.490
Valor adicionado total a distribuir	509.791	538.675	571.504	586.760
Distribuição do valor adicionado	509.791	538.675	571.504	586.760
Pessoal	35.275	31.561	54.531	46.878
Remuneração direta (custo)	15.875	24.710	18.625	34.750
Benefícios	18.688	5.335	35.194	9.941
F.G.T.S.	712	1.516	712	2.187
Impostos, taxas e contribuições	6.196	42.635	31.364	70.487
Federais	(26.646)	13.135	(11.635)	30.762
Estaduais	32.840	29.498	42.997	39.722
Municipais	2	2	2	3
Remuneração de Capitais de Terceiros	470.698	414.987	487.987	419.903
Despesas financeiras	87.092	61.026	96.618	65.942
Perdas com variações cambiais	13.379	7.539	13.379	7.539
Perda em operações com derivativos	357.361	348.153	365.124	348.153
Despesas financeiras IFRS 16	12.866	(1.731)	12.866	(1.731)
Remuneração de Capitais Próprios	(2.378)	49.492	(2.378)	49.492
Lucros retidos	(2.378)	49.492	(2.378)	49.492

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais - ITR em 30 de junho de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Companhia Jalles Machado S.A., e suas controladas Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A., Purolim S.A., Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. e Jalles Bioenergia S.A. e as coligadas Albioma Codora Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A. doravante denominadas “Companhia”, compreendem substancialmente as seguintes operações:

Jalles Machado S.A.

A Jalles Machado S.A., domiciliada na Rodovia GO 080, km 185, Zona Rural, no município de Goianésia – GO, é uma Companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o número 02549-6 em 04 de fevereiro de 2021. As ações da Companhia são negociadas na B3 sob a denominação “JALL3”.

A Companhia possui três unidades industriais, sendo: (i) Jalles Machado e Otávio Lage, localizadas no município de Goianésia – GO e Usina Santa Vitória, localizada no município de Santa Vitória - MG com capacidade de processamento superior a 8,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de açúcar, etanol, energia elétrica e demais produtos derivados da cana-de-açúcar. Buscando sempre agregar valor ao seu portfólio como, por exemplo, a comercialização de açúcar branco, orgânico e saneantes sob a marca própria Itajá, além da produção e comercialização de levedura seca.

Toda cana-de-açúcar utilizada no processo das unidades industriais provém de lavouras próprias cultivadas em áreas próprias e por meio de parcerias agrícolas com acionistas e terceiros.

Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.

A controlada está sediada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Rodovia GO 338, Km 33 à esquerda, Km 03, Zona Rural e tem como objeto social a compra e venda de bens imóveis, a locação de bens imóveis e a administração de bens próprios por tempo indeterminado.

Possui instrumento particular de locação de bem imóvel para fins não residenciais e equipamentos no valor mensal de R\$ 3.338, ajustado anualmente pelo IGP-M até junho de 2034 com a Controladora Jalles Machado S.A., e que para fins dessas informações contábeis intermediárias individuais é classificado como Direito de Uso e como imobilizado nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Purolim S.A.

A controlada é domiciliada na Rodovia GO 080, km 185, 500 metros a direita, Zona Rural, no município de Goianésia - GO, tem como objeto a fabricação de desinfetantes domissanitários, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins ao seu objeto social.

Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. “USV”

A controlada é domiciliada na Faz. Crystal, km 11,8, Est. Perdilândia, Zona Rural, no município de Santa Vitória - MG, tem como objeto a fabricação de etanol e geração e distribuição de energia elétrica.

A controlada é controladora da Jalles Bioenergia S.A., domiciliada na Faz. Crystal, km 11,8, Est. Perdilandia, zona rural, no município de Santa Vitória – MG que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica e vapor, além de todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica.

Albioma Codora Energia S.A.

A coligada é domiciliada na Rodovia GO 338, km 33, à esquerda km 4, zona rural, no município de Goianésia - GO, tem como atividade a produção e a comercialização de energia elétrica e vapor, além de todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica.

Albioma Esplanada Energia S.A.

A coligada é domiciliada na Rodovia GO 080, km 185, zona rural, no município de Goianésia - GO, tem como objeto a cogeração e comercialização de energia elétrica e vapor de água, gerados a partir da fonte de biomassa de cana-de-açúcar e matérias-primas complementares, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins ao seu objeto social, como a comercialização de “créditos de carbono”. A *joint venture* foi constituída em dezembro de 2017 para receber os ativos da cogeração de energia da Unidade Jalles Machado em decorrência da negociação com a sócia Albioma Participações do Brasil.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) -Demonstração Intermediária, e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Report emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

As informações contábeis intermediárias financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.6.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2024.

2.2 Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contemplam a totalidade das operações da Companhia Jalles Machado S.A e a respectiva equivalência patrimonial sobre suas controladas e coligadas, cujo a Companhia possui influência significativa. As informações contábeis intermediárias incluem as informações contábeis intermediárias das suas controladas no período de três meses findo em 30 de junho de 2024, suas coligadas foram mantidas como investimentos avaliados através de equivalência patrimonial, conforme nota explicativa 2.3 e nota explicativa 8.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contemplam as seguintes companhias:

Entidades do Grupo	País	Classificação	Percentual de participação	
			30/06/2024	31/03/2024
Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	Controlada	100%	100%
Purolim S.A.	Brasil	Controlada	100%	100%
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	Brasil	Controlada	100%	100%
Jalles Bioenergia S.A.	Brasil	Controlada Indireta	100%	100%
Albioma Codora Energia S.A.	Brasil	Coligada	35%	35%
Albioma Esplanada Energia S.A.	Brasil	Coligada	40%	40%

2.3 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende definição de um negócio o controle transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida inclui montantes referentes ao pagamento de pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de controladas são consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

(iii) Investimentos em entidades coligadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Entidades do Grupo	País	Classificação	Percentual de participação	
			30/06/2024	30/03/2024
Albioma Codora Energia S.A.	Brasil	Coligada	35%	35%
Albioma Esplanada Energia S.A.	Brasil	Coligada	40%	40%

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados para fins das informações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

2.5 Moeda funcional

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Jalles Machado S.A. e investidas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas: 8 - Investimentos: determinação se a Companhia e suas controladas tem influência significativa sobre uma investida; 9 – Imobilizado: se o valor justo dos ativos imobilizados, baseado no fluxo de caixa descontado de seus benefícios para a Companhia supera seu valor contábil; 14. Impostos diferidos líquidos: se a projeção de resultados elaborada pela Companhia será concretizada; 18 - Receita operacional líquida: se a receita de açúcar, etanol e levedura é reconhecido durante o período correto, ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e 23 - Arrendamentos a pagar: julgamento quanto ao exercício do prazo de prorrogações de contratos de arrendamentos.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa 9: Revisão da vida útil do imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Nota explicativa 10: Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Nota explicativa 15: Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Nota explicativa 16: Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as

jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

Nota explicativa 24: Arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar
A Companhia possui contratos de aluguel do parque industrial e contratos firmados com parceiros agrícolas referente a áreas rurais exploradas em regime de parceria agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar e que obedecem ao disposto no Estatuto da Terra, os quais passaram a ser contabilizados em conformidade com o conceito da norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de abril de 2019.

Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia desconta os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa de desconto incremental. A determinação da taxa de desconto dos contratos envolve incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste nos saldos de passivos e ativos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC” *International Financial Reporting Standards* (IFRS), incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 – Investimentos
- Nota explicativa 10 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa 18 - Instrumentos financeiros.

2.7 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC - 30 (R1)/IAS 18 Receitas.

O Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes:

- (i) Quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento;
- (ii) Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues;
- (iii) Quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial;
- (iv) Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito. De acordo com este pronunciamento, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) IAS 20 - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado. A parcela reconhecida no resultado é reclassificada entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e caixa restrito;
- Receita de juros;
- Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Descontos concedidos; e
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- O valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- O custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não está com redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, para ativos financeiros que sofreram perda de valor recuperável após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo não estiver mais com redução no valor recuperável de crédito, o cálculo da receita de juros será revertido para a base bruta.

f. Imposto de renda e contribuição social

Na Controladora, na controlada Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. e na controlada indireta Jalles Bioenergia S.A. o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

Nas demais controladas, o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, para fins de imposto de renda o lucro tributável corresponde a 8% nas operações de vendas de mercadorias e 32% nas operações de vendas de serviços acrescido de outras receitas operacionais; para fins da contribuição social, o lucro tributável corresponde a 12% nas operações de vendas de mercadorias e 32% nas operações de vendas de serviços acrescido de outras receitas operacionais. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240 (anual).

Contribuição social - Calculado à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se critérios legais forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

g. Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 10. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita em cada período de relatório.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do valor justo dos ativos biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortado /vendido, avaliada por seu valor justo.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão.

O estoque de Créditos de Descarbonização – CBIOS é reconhecido pelo seu valor justo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A Companhia e suas controladas optaram por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010 (1º de abril de 2009). O efeito apurado foi reconhecido em conta de reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia e é amortizado pela depreciação, alienação ou obsolescência dos bens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas médias anuais ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Edificações	2%	3%
Máquinas, equipamentos e instalações	6%	8%
Veículos e semirreboques	8%	9%
Obras em andamento (a)	n/a	n/a
Móveis, equipamentos e utensílios	13%	13%
Aeronave	5%	5%
Outros imobilizados	2%	4%
Lavoura de cana	20%	20%
Custo de Entressafra	100%	100%
Terrenos	n/a	n/a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativos é de 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é substancialmente decorrente da venda de açúcar, etanol, saneantes e derivados de levedura é reconhecido inicialmente na data em que foi originado a transferência do controle dos produtos.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 17). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao

VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no desempenho dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma

compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, taxa de juros e preços de *commodities*.

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. A Companhia avaliou seus contratos e não identificou a existência de derivativos embutidos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operação de *hedge* são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado financeiro da Companhia. São apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

l. Capital social - Controladora

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido conforme o CPC08 / IAS 32. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o (CPC 32) /IAS 12 - Tributos sobre o lucro.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

m. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perdas esperadas em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vida. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica

da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro referente a cliente que estiver com dificuldades financeiras.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado e se os títulos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

(ii) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são

revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e suas Controladas reconhecem provisão para demandas judiciais trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 16.

o. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

p. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas Controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para

avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas Controladas utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2) /IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas Controladas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas Controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O reconhecimento de um direito de uso e um passivo de arrendamento ocorre na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas Controladas. Geralmente é utilizada a taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos pela taxa de juros ponderada de suas operações de empréstimos e financiamentos.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas Controladas alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.6).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base

adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

r. Custos de transação empréstimos

Custos de transação diretamente relacionados a empréstimos e financiamentos, de acordo com o CPC 08 / IAS 32 são inicialmente reconhecidos com redutor do passivo. Subsequentemente são apropriados ao resultado financeiro da Companhia de acordo com a fluência do prazo do contrato de financiamento ao qual está relacionado, de modo que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento.

s. Lucro por ação

Em conformidade com o CPC41 / IAS 33, a Companhia apresenta o lucro básico e o lucro diluído atribuído aos detentores das ações ordinárias da Companhia.

O lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pela divisão resultado do exercício da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

O número médio ponderado de ações ordinárias totais em poder dos acionistas (em circulação) durante o período é o número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por fator ponderador de tempo. O fator ponderador de tempo é o número de dias que as ações totais, exceto as em tesouraria, estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período

t. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

As informações por segmento em conformidade com o CPC 22 / IFRS 8 são apresentadas na nota explicativa 27.

2.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

No exercício findo em 31 de março de 2024 não entraram em vigor normas ou pronunciamentos, emitidos em períodos anteriores, com impacto significativo sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Grupo:

- Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7)

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Caixas e bancos e moeda local	2.022	623	3.276	9.061
Caixas e bancos em moeda estrangeira	3.289	32.071	3.289	32.071
Bancos com partes relacionadas (a) (Nota 26)	1.206	492	1.233	948
Aplicações financeiras de liquidação imediata (b)	1.240.256	936.550	1.241.448	957.110
Aplicações financeiras de liquidação imediata com partes relacionadas (a) e (c) (Nota 26)	28.674	10.344	48.607	50.673
	<u>1.275.447</u>	<u>980.080</u>	<u>1.297.853</u>	<u>1.049.863</u>

A Companhia e suas controladas consideram como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas correntes e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

- (a) Saldo correspondente a conta corrente e aplicações financeiras concedidos à Companhia, remunerados a taxas de mercado do Banco Coopercred - Cooperativa de Crédito da qual a Companhia é quotista.
- (b) As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que está sujeito a insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário (CDB) que, exceto as de natureza diária automática, são indexados à taxa de mercado com base em variação percentual de 95% a 107% (100% a 108,5% em 31 de março de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (c) Essas aplicações têm as mesmas características das aplicações comentadas no item (a) anterior e referem-se substancialmente a Recibo de Depósito Cooperativo (RDC), indexadas a variação de 98% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (98% a 100% em 31 de março de 2024).

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam rating “AA” ou superior avaliados por instituições de referência, tais como S&P Global Ratings, Fitch Ratings e Moody's Investors Service.

A exposição da Companhia e de suas Controladas a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 18.

4 Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Aplicações financeiras	17.614	17.264	17.614	17.264
Fomentar (a)	215	881	215	881
Fundos de reserva (b)	1.458	1.437	1.458	1.437
	<u>19.287</u>	<u>19.582</u>	<u>19.287</u>	<u>19.582</u>
Ativo circulante	<u>17.800</u>	<u>17.453</u>	<u>17.800</u>	<u>17.453</u>
Ativo não circulante	<u>1.487</u>	<u>2.129</u>	<u>1.487</u>	<u>2.129</u>

- (a) Valor aplicado referente a 10% do incentivo fiscal obtido. De acordo com as regras do Fomentar o montante aplicado só poderá ser utilizado para liquidação antecipado do tributo devido.
- (b) Referem-se a aplicações em Fundos de Investimentos de Renda Fixa referenciados ao DI. De acordo com alguns contratos de empréstimo de longo prazo, a Companhia é obrigada a manter uma conta bancária separada para a cobrança das contas a receber, que são liberadas no dia útil seguinte, sujeitas à aprovação do credor (contas bancárias vinculadas a financiamentos). O dinheiro retido na conta bancária separada foi classificado como caixa restrito na demonstração da posição financeira. Os valores foram aplicados em reais e não sofrem riscos significantes de oscilações de valores.

O caixa restrito possui a finalidade de garantir as operações de empréstimos e financiamentos, cujas operações normalmente são liquidadas em período maior do que 90 dias.

A movimentação em caixa restrito durante o período deu-se conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de março de 2023	21.760
Aplicações	22.453
Rendimentos	1.190
Resgates	(6.769)
Saldo em 30 de junho de 2023	38.634
Aplicações	18.141
Rendimentos	2.363
Resgates	(39.556)
Saldo em 31 de março de 2024	19.582
Aplicações	443
Rendimentos	378
Resgates	(1.116)
Saldo em 30 de junho de 2024	19.287

5 Contas a receber e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Contas a receber	48.663	75.685	68.497	122.312
Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 26)	39	86	-	82
	48.702	75.771	68.497	122.394
Outros recebíveis - Partes relacionadas (Nota 26)	630	747	90	222
Outros recebíveis	10.546	10.469	57.745	57.991
	11.176	11.216	57.835	58.213
	59.878	86.987	126.332	180.607
Circulante	50.266	77.148	72.615	126.075
Não circulante	9.612	9.839	53.717	54.532

(a) A composição consolidada apresenta reflexos da avaliação do valor justo dos ativos e passivos assumidos pela Usina Santa Vitória Açúcar e Alcool no processo de combinação de negócios com a sua Controlada Jalles Bioenergia S.A. onde foram identificados contratos de venda de energia elétrica que, avaliados pelo método mensuração do valor presente dos rendimentos futuros, justificaram a mais valia paga pelo investimento. Nas informações contábeis intermediárias consolidadas a mais valia gerada é reconhecido como recebíveis e classificados de acordo com os fluxos futuros de comercialização do produto. Em 30 de junho de 2024 o valor justo dos contratos de energia somava R\$ 46.667 (R\$ 47.420 em 31 de março de 2024) e serão amortizados pela vigência dos contratos de energia até 2044. No período de três meses findo em 30 de junho de 2024 o efeito da amortização dos contratos de energia impactou o resultado de equivalência patrimonial na Controladora em R\$ 573 (R\$ 574 em 30 de junho de 2023).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e câmbio e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 18.

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
A vencer	53.657	64.208	118.329	150.764
Vencido de 1 a 30 dias	4.738	21.735	5.835	28.337
Vencido de 31 a 60 dias	159	758	827	1.008
Vencido de 61 a 90 dias	50	58	50	72
Vencido de 91 a 180 dias	1.274	169	1.289	364
Vencido de 181 a 360 dias	-	59	-	60
Vencido há mais de 360 dias	-	-	2	2
	59.878	86.987	126.332	180.607

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação é assim demonstrada:

	Controladora	
	30/06/2024	31/03/2024
Saldo inicial	(2.886)	(885)
Perda estimada	(152)	(2.070)
Baixa	4	10
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(180)	59
	(3.214)	(2.886)

O saldo das contas a receber de clientes por região geográfica está representado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Mercado Externo				
América do Norte	5.743	17.539	5.743	17.539
América do Sul (ex-Brasil)	-	75	-	75
Europa	2.455	1.108	2.455	1.108
Oriente Médio e Ásia	184	134	184	134
	8.382	18.856	8.382	18.856
Mercado interno				
Centro-Oeste	11.798	17.016	13.933	20.186
Nordeste	7.670	19.822	11.858	27.348
Norte	7.003	9.245	8.725	12.635
Sudeste	12.295	10.118	23.413	41.525
Sul	1.554	714	2.186	1.844
	40.320	56.915	60.115	103.538
Total Geral	48.702	75.771	68.497	122.394

No período de três meses findo em 30 de junho de 2024 o impacto das provisões e reversões de provisões para perda estimada foi a despesa de R\$ 328 na controladora e no consolidado (R\$ 19 na controladora e no consolidado, no mesmo período de 2023).

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Açúcar	142.427	59.665	144.643	59.665
Etanol	129.916	60.411	243.559	78.617
Outros produtos acabados	2.405	1.851	2.875	1.851
Créditos de descarbonização - CBIOS (*)	644	5.059	1.180	6.025
Produtos em elaboração	1.178	1.326	1.178	1.326
Almoxarifado	56.882	44.661	97.443	77.364
Outros - Partes relacionadas (nota 26)	1	-	1	-
	333.453	172.973	490.879	224.848

(*) **RenovaBio – Cbios:** Em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía 15.476 CBIOS emitidos e ainda não comercializados (59.647 CBIOS em 31 de março de 2024). Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2024, foram comercializados 181.330 CBIOS (80.049 no período de três meses findo junho em 2023), classificados em receitas operacionais. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

Devido a sazonalidade das operações do setor sucroenergético, os estoques de produtos acabados tendem a aumentar durante o período de safra a fim de sustentar a comercialização no período de entressafra. Ao fim do exercício os estoques de produtos acabados estão em seus níveis mais baixos.

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização líquido.

Determinados itens de almoxarifado considerados de baixa rotatividade foram objeto de constituição de provisão para estoque com lenta movimentação. A movimentação das referidas perdas é demonstrada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Saldo inicial	(3.764)	(3.652)	(13.343)	(6.312)
Perda estimada	(424)	(2.415)	(1.071)	(10.704)
Reversão e baixa	809	2.303	1.532	3.673
	(3.379)	(3.764)	(12.882)	(13.343)

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
PIS e COFINS (a)	26.312	17.537	131.758	116.882
ICMS (b)	21.974	23.207	32.631	34.994
IPI	2.136	2.368	2.136	2.368
INSS	-	-	214	215
	50.422	43.112	166.739	154.459
Circulante	39.237	30.882	61.505	52.423
Não circulante	11.185	12.230	105.234	102.036

- (a) Créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS

Os saldos são referentes às aquisições de insumos, partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos, sobre aquisições de máquinas e equipamentos e edificações e construções destinados à produção. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais; e

- (b) O saldo é composto, substancialmente, pelo crédito outorgado apurado na comercialização de etanol anidro (IN nº 493/01-GSF, de 6 de julho de 2001) e créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

8 Investimentos

A Companhia registrou ganho de R\$ 26.481 em 30 de junho de 2024 (R\$ 14.105 em 30 de junho de 2023) de equivalência patrimonial em suas controladas e coligadas, e ganho de R\$ 4.948 no consolidado em 30 de junho de 2024 (R\$ 4.414 no consolidado em 30 de junho de 2023).

Nenhuma das controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas e coligadas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Investimento em controladas e coligadas avaliada por equivalência patrimonial				
Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.	75.991	90.826	-	-
Albioma Codora Energia S.A.	53.401	52.746	53.401	52.746
Albioma Esplanada Energia S.A.	37.099	32.806	37.099	32.806
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	1.472.750	1.361.245	-	-
PUROLIM S.A.	(326)	(314)	-	-
	<u>1.638.915</u>	<u>1.537.309</u>	<u>90.500</u>	<u>85.552</u>
Outros investimentos (d)	3.379	3.113	4.586	4.100
	<u>1.642.294</u>	<u>1.540.422</u>	<u>95.086</u>	<u>89.652</u>

a. Movimentação dos saldos de investimentos em controladas e coligada

	Controladora	Consolidado
	30/06/2024	31/03/2024
Saldo em 31 de março de 2023	<u>1.276.278</u>	<u>79.541</u>
Aumento de capital em investida	55.000	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.105	4.414
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>1.345.383</u>	<u>83.955</u>
Aumento de capital em investida	146.999	-
Resultado de equivalência patrimonial	104.686	8.732
Amortização da mais valia - USV	(22.527)	-
Dividendos propostos em assembleia	(37.232)	(7.135)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>1.537.309</u>	<u>85.552</u>
Aumento de capital em investida	98.420	-
Resultado de equivalência patrimonial	27.628	4.948
Amortização da mais valia - USV	(1.147)	-
Dividendos propostos em assembleia	(23.295)	-
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>1.638.915</u>	<u>90.500</u>

b. Informações das investidas

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras das controladas e coligada.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido
30/06/2024								
Albioma Codora Energia S.A. (coligada)	35,00%	24.535	121.905	146.440	26.753	76.975	103.728	42.712
Albioma Esplanada S.A. (coligada)	40,00%	31.587	72.806	104.393	31.510	21.649	53.159	51.234
Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA	100,00%	353.983	1.743.082	2.097.065	189.067	497.713	686.780	1.410.285
Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.	100,00%	22.237	54.793	77.030	1.039	-	1.039	75.991
PUROLIM S.A.	100,00%	206	8	214	1	539	540	(326)
		432.548	1.992.594	2.425.142	248.370	596.876	845.246	1.579.896
31/03/2023								
Albioma Codora Energia S.A. (coligada)	35,00%	21.691	123.358	145.049	26.753	77.456	104.209	40.840
Albioma Esplanada S.A. (coligada)	40,00%	28.384	70.326	98.710	33.924	24.284	58.208	40.502
Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA	100,00%	285.611	1.676.263	1.961.874	211.765	452.477	664.242	1.297.632
Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.	100,00%	44.389	55.706	100.095	9.269	-	9.269	90.826
PUROLM S.A.	100,00%	205	7	212	2	524	526	(314)
		380.280	1.925.660	2.305.940	281.713	554.741	836.454	1.469.486

Resultado do período de três meses findo em 30 de junho de 2024					
30/06/2024	Participação	Receitas	Despesas	Lucro (prejuízo)	Equivalência patrimonial
Albioma Codora Energia S.A.	35,00%	15.462	(13.591)	1.871	655
Albioma Esplanada S.A.	40,00%	20.513	(9.781)	10.732	4.293
Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA	100,00%	105.698	(92.612)	13.086	13.086
Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.	100,00%	9.667	(1.208)	8.459	8.459
PUROLIM S.A.	100,00%	-	(12)	(12)	(12)
		151.340	(117.204)	34.136	26.481

Resultado do período de três meses findo em 30 de junho de 2023					
31/06/2023	Participação	Receitas	Despesas	Lucro(prejuízo)	Equivalência patrimonial
Albioma Codora Energia S.A.	35,00%	12.717	(14.289)	(1.572)	(550)
Albioma Esplanada S.A.	40,00%	21.897	(9.489)	12.408	4.964
Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA	100,00%	117.995	(116.682)	1.313	1.313
Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.	100,00%	9.677	(1.279)	8.398	8.398
PUROLIM S.A.	100,00%	-	(20)	(20)	(20)
		162.286	(141.759)	20.527	14.105

c. Dividendos a receber

Controladora	Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.	Albioma Codora Energia S.A.	Albioma Esplanada Energia S.A.	Total
Saldo em 31 de março e 30 de junho de 2023	7.444	-	2.215	9.659
Dividendos a receber	30.097	3.247	3.888	37.232
Recebimentos de dividendos	(29.776)	(1.042)	(2.215)	(33.033)
Compensação com adiantamento	-	(2.205)	-	(2.205)
Saldo em 31 de março de 2024	7.765	-	3.888	11.653
Dividendos a receber	23.295	-	-	23.295
Recebimentos de dividendos	(31.060)	-	-	(31.060)
Saldo em 30 de junho de 2024	-	-	3.888	3.888

Consolidado	Albioma Codora Energia S.A.	Albioma Esplanada Energia S.A.	Total
Saldo em 31 de março e 30 de junho de 2023	-	2.215	2.215
Dividendos a receber	3.247	3.888	7.135
Recebimentos de dividendos	(1.042)	(2.215)	(3.257)
Compensação com adiantamento	(2.205)	-	(2.205)
Saldo em 31 de março e 30 de junho de 2024	-	3.888	3.888

d. Dados sobre outros investimentos

A Companhia possui participação em outros investimentos avaliados a custo e a valor justo. Em 30 de junho de 2024 e 31 de março de 2024 estas participações estão representadas nos quadros seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Participação em outras empresas avaliadas a custo				
CCLA do Vale do São Patrício LTDA	3.357	3.093	4.564	4.080
	<u>3.357</u>	<u>3.093</u>	<u>4.564</u>	<u>4.080</u>
Participação em outras empresas avaliadas a valor justo				
ENGIE Brasil Energia S/A	22	20	22	20
	<u>22</u>	<u>20</u>	<u>22</u>	<u>20</u>
Total de outros investimentos	<u>3.379</u>	<u>3.113</u>	<u>4.586</u>	<u>4.100</u>

9 Imobilizado

Controladora	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos e semirreboques	Obras em andamento (a)	Móveis, equipamentos e utensílios	Aeronave	Outros imobilizados	Lavoura de cana	Terrenos	Total
Custo										
Saldo em 31 de março de 2023	125.993	778.976	92.809	214.222	53.688	6.547	8.490	638.047	1.509	1.920.281
Aquisições do período	-	3.199	1.240	32.013	894	-	607	61.822	-	99.775
Aquisições custo de manutenção	-	8.512	-	-	-	-	-	-	-	8.512
Baixas	-	(139)	(371)	-	(129)	-	(12)	(18)	-	(669)
Transferências	4.410	16.956	175	(19.967)	627	-	(2.201)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2023	130.403	807.504	93.853	226.268	55.080	6.547	6.884	699.851	1.509	2.027.899
Aquisições do período	-	33.503	7.526	75.472	2.761	-	5.868	130.614	-	255.744
Aquisições custo de manutenção	-	144.296	-	-	-	-	-	-	-	144.296
Baixas	-	(195.437)	(5.424)	(167)	(117)	-	(194)	(116.777)	-	(318.116)
Transferências	64.698	130.842	-	(197.447)	2.063	-	(156)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2024	195.101	920.708	95.955	104.126	59.787	6.547	12.402	713.688	1.509	2.109.823
Aquisições do período	-	1.326	1.817	14.839	713	-	1.468	49.304	-	69.467
Aquisições custo de manutenção	-	13.109	-	-	-	-	-	-	-	13.109
Baixas	(56)	(3.392)	(3.829)	(503)	(106)	-	(65)	-	-	(7.951)
Transferências	6.565	30.327	-	(34.981)	2.371	-	(4.282)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2024	201.610	962.078	93.943	83.481	62.765	6.547	9.523	762.992	1.509	2.184.448
Depreciação										
Saldo em 31 de março de 2023	(23.098)	(240.104)	(35.586)	-	(25.414)	(1.476)	(3.724)	(196.878)	-	(526.280)
Depreciações do período	(932)	(12.522)	(2.065)	-	(1.679)	(78)	(71)	(44.227)	-	(61.574)
Depreciação custo de manutenção	-	(45.262)	-	-	-	-	-	-	-	(45.262)
Baixas	-	37	133	-	75	-	2	-	-	247
Saldo em 30 de junho de 2023	(24.030)	(297.851)	(37.518)	-	(27.018)	(1.554)	(3.793)	(241.105)	-	(632.869)
Depreciações do período	(2.405)	(25.920)	(4.742)	-	(4.736)	78	(525)	(72.226)	-	(110.476)
Depreciação custo de manutenção	-	(118.015)	4.076	-	144	-	153	116.777	-	3.135
Baixas	-	187.474	(133)	-	(75)	-	(2)	-	-	187.264
Saldo em 31 de março de 2024	(26.435)	(254.312)	(38.317)	-	(31.685)	(1.476)	(4.167)	(196.554)	-	(552.946)
Depreciações do período	(1.416)	(15.683)	(2.103)	-	(1.705)	-	(154)	(47.492)	-	(68.553)
Depreciação custo de manutenção	-	(42.213)	-	-	-	-	-	-	-	(42.213)
Baixas	17	2.638	2.134	-	37	-	43	-	-	4.869
Saldo em 30 de junho de 2024	(27.834)	(309.570)	(38.286)	-	(33.353)	(1.476)	(4.278)	(244.046)	-	(658.843)
Valor contábil líquido										
31 de março de 2023	102.895	538.872	57.223	214.222	28.274	5.071	4.766	441.169	1.509	1.394.001
30 de junho de 2023	106.373	509.653	56.335	226.268	28.062	4.993	3.091	458.746	1.509	1.395.030
31 de março de 2024	168.666	666.396	57.638	104.126	28.102	5.071	8.235	517.134	1.509	1.556.877
30 de junho de 2024	173.776	652.508	55.657	83.481	29.412	5.071	5.245	518.946	1.509	1.525.605

Consolidado	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos e semirreboques	Obras em andamento (a)	Móveis, equipamentos e utensílios	Aeronave	Outros imobilizados	Lavouras	Terrenos	Total
Custo										
Saldo em 31 de março de 2023	367.466	2.075.028	130.621	218.210	59.669	6.547	27.409	1.052.233	11.997	3.949.180
Aquisições do período	-	5.883	1.240	32.326	1.068	-	1.675	93.525	-	135.717
Aquisições custo de manutenção	-	8.512	-	-	-	-	-	-	-	8.512
Baixas	-	(139)	(371)	-	(129)	-	(12)	(18)	-	(669)
Transferências	(127)	21.481	175	(19.967)	639	-	(2.201)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2023	367.339	2.110.765	131.665	230.569	61.247	6.547	26.871	1.145.740	11.997	4.092.740
Aquisições do período	449	66.739	8.424	204.280	3.038	-	19.680	215.754	-	518.364
Aquisições custo de manutenção	-	196.335	-	-	-	-	-	-	-	196.335
Baixas	(29.069)	(198.556)	(5.424)	(167)	(117)	-	(24.585)	(116.777)	-	(374.695)
Transferências	89.558	107.144	-	(198.220)	1.675	-	(157)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2024	428.277	2.282.427	134.665	236.462	65.843	6.547	21.809	1.244.717	11.997	4.432.744
Aquisições do período	710	7.277	2.461	61.246	732	-	(5.343)	79.294	-	146.377
Aquisições custo de manutenção	-	18.262	-	-	-	-	-	-	-	18.262
Baixas	(56)	(3.456)	(3.829)	(503)	(106)	-	(65)	-	-	(8.015)
transferências	6.565	30.327	-	(34.981)	2.371	-	(4.282)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2024	435.496	2.334.837	133.297	262.224	68.840	6.547	12.119	1.324.011	11.997	4.589.368
Depreciação										
Saldo em 31 de março de 2023	(99.403)	(997.220)	(48.356)	-	(29.638)	(1.476)	(8.688)	(308.207)	-	(1.492.988)
Depreciações do período	(3.718)	(56.173)	(7.285)	-	(1.837)	(78)	(692)	(50.917)	-	(120.700)
Depreciação custo de manutenção	-	(61.714)	-	-	-	-	-	-	-	(61.714)
Baixas	-	37	133	-	75	-	2	-	-	247
Saldo em 30 de junho de 2023	(103.121)	(1.115.070)	(55.508)	-	(31.400)	(1.554)	(9.378)	(359.124)	-	(1.675.155)
Depreciações do período	(3.985)	(55.618)	(10.040)	-	(4.964)	78	(4.906)	(155.254)	-	(234.689)
Depreciação custo de manutenção	-	(150.919)	-	-	-	-	-	-	-	(150.919)
Baixas	26.135	190.593	3.943	-	69	-	10.181	116.777	-	347.698
Saldo em 31 de março de 2024	(80.971)	(1.131.014)	(61.605)	-	(36.295)	(1.476)	(4.103)	(397.601)	-	(1.713.065)
Depreciações do período	(2.589)	(31.336)	(2.468)	-	(1.794)	-	(154)	(77.735)	-	(116.076)
Depreciação custo de manutenção	-	(60.247)	-	-	-	-	-	-	-	(60.247)
Baixas	17	2.697	2.134	-	37	-	43	-	-	4.928
Saldo em 30 de junho de 2024	(83.543)	(1.219.900)	(61.939)	-	(38.052)	(1.476)	(4.214)	(475.336)	-	(1.884.460)
Perdas: redução ao valor recuperável										
Saldo em 31 de março e 30 de junho de 2023	-	-	-	-	-	-	-	(199.065)	-	(199.065)
Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	199.065	-	199.065
Saldo em 31 de março e 30 de junho de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor contábil líquido										
31 de março de 2023	268.063	1.077.808	82.265	218.210	30.031	5.071	18.721	544.961	11.997	2.257.127
30 de junho de 2023	264.218	995.695	76.157	230.569	29.847	4.993	17.493	587.551	11.997	2.218.520
31 de março de 2024	347.306	1.151.413	73.060	236.462	29.548	5.071	17.706	847.116	11.997	2.719.679
30 de junho de 2024	351.953	1.114.937	71.358	262.224	30.788	5.071	7.905	848.675	11.997	2.704.908

- (a) Obras em andamento referem-se, principalmente, a investimentos em ampliação e/ou melhorias nos processos industriais e agrícolas, instalações e estrutura de armazenamento de produtos acabados, sendo as obras concluídas em espaço de tempo inferior a 12 meses.
- (b) Saldo composto por ferramentas e adiantamentos a fornecedores.

Em 30 de junho de 2024 o montante de R\$ 334.620 (R\$ 337.942 em 31 de março de 2024) do ativo imobilizado da Controladora e Consolidado corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras.

Em 20 de junho de 2024 a Companhia iniciou a fase de testes da fábrica de açúcar da Unidade de Santa Vitória. A operação efetiva será iniciada no segundo trimestre da safra 2024/25, quando a Controlada começará a reconhecer os custos de depreciação dos investimentos realizados.

Resultado da baixa de imobilizado

Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia baixou itens do ativo imobilizado com o valor de custo líquido de R\$ 3.082 na Controladora e R\$ 3.086 no Consolidado tendo auferido receita de R\$ 2.834 na Controladora e R\$ 2.828 no Consolidado. No mesmo período do exercício anterior foi reconhecido o custo líquido dos imobilizados baixados no montante de R\$ 422 na controladora e no consolidado e receita pela venda de ativos imobilizados de R\$ 274 na Controladora e no Consolidado. Os resultados líquidos dessas baixas foram reconhecidos como parte de outras receitas operacionais na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2024 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável em suas informações contábeis intermediárias individuais.

Nas demonstrações consolidadas a lavoura de cana da Unidade de Santa Vitória, que no exercício anterior estavam avaliadas em R\$199.065 abaixo de seu valor contábil, foi avaliada a valor justo e constatado que as os novos cenários de produtividade do canavial, aproveitamento industrial e incremento no mix de produtos a serem comercializados com a implementação de uma fábrica de açúcar resultaram em valor recuperável superior ao valor contábil dos ativos imobilizados e da lavoura de cana-de-açúcar. Em 31 de março de 2024, a provisão para perdas foi totalmente revertida.

O valor em uso do ativo imobilizado da Unidade Santa Vitória, incluindo o canavial foi avaliado em 31 de março de 2024 pela metodologia do Fluxo de Caixa da Firma (FCFF) onde foram consideradas as seguintes premissas:

- Taxa de desconto: WACC nominal de 10,6% ao ano
- Crescimento na perpetuidade (g): 3,4%
- Análise de sensibilidade (variação na taxa de desconto):
 - 10,3%: valor em uso de R\$ 1.204.481 mil (valor máximo)
 - 10,6%: valor em uso de R\$ 1.145.934 mil (valor médio)
 - 10,9%: valor em uso de R\$ 1.092.265 mil (valor mínimo)

A mensuração a valor justo da Lavoura de Cana está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

10 Ativo biológico

O ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como

matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA projetado em 30 de junho de 2024, com base nos preços deflacionados dos futuros de açúcar, etanol e taxa de dólar extraídos de cotações atuais da bolsa de Nova York e da BM&F (B3).

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente as seguintes premissas:

- a) Receita bruta: obtidas pela multiplicação entre o (i) volume da cana estimada: calculados com base na produtividade prevista (ton/ha) multiplicado pelas áreas estimadas de colheita (ha); e (ii) preço unitário (R\$/ton): composto pela quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) multiplicado pelo valor do kg de ATR.

A abertura das premissas utilizadas na determinação da receita bruta são:

	Controladora		Consolidado		Impacto no valor justo dos ativos biológicos
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024	
Área estimada de colheita (hectares)	65.176	64.598	103.530	100.709	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Produtividade prevista (ton. de cana/hectares) (i)	95,09	94,22	87,69	87,80	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) (ii)	131,83	131,83	134,17	134,12	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Valor do kg de ATR (iii)	1,3410	1,2666	1,3122	1,2460	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

- (i) O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas por hectare e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.
- (ii) O valor do Kg de ATR é calculado com base na metodologia do CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA) a partir de análises de mercado futuro mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base previsões e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol e saídas de caixa representadas pela previsão de custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); custos de arrendamento e parceria agrícola; e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.
- b) Saídas de caixa representadas pela previsão de custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); custos de arrendamento e parceria agrícola; e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Todos os gastos relativos à obtenção do produto agrícola derivado de ativo biológico avaliado a valor justo menos despesas de venda são considerados como despesa do período quando incorridos. Já os gastos relativos à obtenção do produto agrícola de ativo biológico avaliado ao custo são contabilizados como ativo também ao custo e reconhecidos como despesa assim que o produto agrícola é vendido e é avaliado ao valor justo menos despesas de venda. Gastos derivados da estocagem e manutenção de produtos agrícolas são despesas do exercício juntamente com as variações de valor justo líquido desses produtos.

Em 30 de junho de 2024, os fluxos de caixa foram descontados por 7,18% a.a. (7,46% a.a. em 31 de março de 2024) que é o WACC (*Weighted Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado do Capital*) da Companhia. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela administração. O aumento da taxa de desconto impacta na redução do valor justo dos ativos biológicos.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação do valor justo de ativos biológicos”, no resultado do exercício.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita/Corte, Carregamento e Transporte (CTT); (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por cinco safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A movimentação dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Custo histórico	258.152	384.556
Valor justo	218.403	214.995
Saldo em 31 de março de 2023	<u>476.555</u>	<u>599.551</u>
Aumentos decorrentes de tratos	76.172	103.991
Reduções decorrentes da colheita	(102.824)	(165.237)
Variação no valor justo	(40.421)	(14.114)
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>409.482</u>	<u>524.191</u>
Aumentos decorrentes de tratos	192.135	290.703
Reduções decorrentes da colheita	(176.203)	(279.517)
Variação no valor justo	(22.535)	(4.114)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>402.879</u>	<u>531.263</u>
Composto por:		
Custo histórico	247.432	334.496
Valor justo	155.447	196.767
	<u>402.879</u>	<u>531.263</u>
Aumentos decorrentes de tratos	67.845	113.606
Reduções decorrentes da colheita	(93.377)	(137.774)
Variação no valor justo	64.445	78.271
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>441.792</u>	<u>585.366</u>
Composto por:		
Custo histórico	221.900	310.326
Valor justo	219.892	275.040
Saldo final de ativos biológicos	<u>441.792</u>	<u>585.366</u>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor);
- A taxa de desconto fosse menor (maior); e
- Os preços futuros dos produtos comercializados fossem maiores (menores).

Mantendo inalteradas as demais variáveis do cálculo do valor justo do ativo biológico, uma variação para mais ou para menos de 5% no preço do ATR resultaria no aumento ou redução de R\$ 46.293 (R\$ 65.737 no consolidado). Já a variação no volume de produção para mais ou para menos de 5% resultaria no aumento ou redução de R\$ 38.823 (R\$ 55.015 no consolidado). Com relação a taxa de desconto, a variação para mais ou para menos de 5% resultaria no aumento ou redução de R\$ 1.882 (R\$ 2.662 no consolidado).

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

(i) Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia é sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

(ii) Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão

desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A Administração realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

(iii) *Riscos climáticos e outros*

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor suco energético e, conseqüentemente, no resultado operacional da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos operacionais, veja nota explicativa nº 18.

11 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda e liquidez, veja nota explicativa nº 18.

Linha de crédito	Indexador	Moeda	Taxa média nominal (a.a)(a)	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
					30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Capital de giro	PRÉ/CDI/IPCA	R\$	12,11%	2027	304.748	296.365	304.748	296.365
Mercado de Capitais Multilateral	IPCA/CDI	R\$	11,80%	2032	2.006.855	1.589.700	2.006.855	1.589.700
BNDES/Finame/Leasing/CDC/FCO	CDI	R\$	13,53%	2027	89.713	112.314	89.713	112.314
Custeio Agrícola	PRÉ/SELIC/TJLP/TX.JRSVAR	R\$	14,60%	2039	376.825	382.425	450.274	457.665
Capital de giro	PRÉ/TJLP/SELIC	R\$	12,33%	2028	113.296	110.022	113.296	110.022
Multilateral	PRÉ/LIBOR	USD	6,17%	2029	54.011	62.789	54.011	62.789
	LIBOR	USD	10,69%	2027	39.964	53.592	39.964	53.592
Total					2.985.412	2.607.207	3.058.861	2.682.447
(-) Custos de transação a amortizar					(59.144)	(45.694)	(59.144)	(45.694)
					2.926.268	2.561.513	2.999.717	2.636.753
Circulante					207.064	229.700	214.916	237.577
Não circulante					2.719.204	2.331.813	2.784.801	2.399.176

Cronograma de amortização da dívida

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
2024/25	207.064	229.700	214.916	237.577
2025/26	454.931	474.719	460.662	482.345
2026/27	87.775	88.080	95.418	95.706
2027/28	205.506	202.938	213.148	210.564
2028/29	404.490	401.622	412.133	409.248
2029/30	172.968	172.767	180.611	180.393
2030/31	352.342	350.865	359.984	358.491
2031/32	247.356	247.447	254.998	255.073
2032/33	329.024	195.444	336.666	203.070
2033/34	199.265	65.984	205.634	72.339
2034/35	158.188	24.588	158.188	24.588
2035/36	24.594	24.594	24.594	24.594
2036/37	24.600	24.600	24.600	24.600
2037/38	24.605	24.605	24.605	24.605
2038/39	24.611	24.611	24.611	24.611
2039/40	8.949	8.949	8.949	8.949
	2.926.268	2.561.513	2.999.717	2.636.753

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Saldo anterior	2.561.513	2.042.543	2.636.753	2.124.729
Captação de financiamentos	384.374	50.602	384.374	50.602
Amortização de principal	(54.741)	(67.871)	(56.434)	(69.799)
Amortização de juros	(48.560)	(37.723)	(50.898)	(40.181)
Juros provisionados	70.218	56.570	72.458	59.202
Amortização de custos de transação de empréstimos	2.177	1.770	2.177	1.770
Variação cambial	11.287	(9.307)	11.287	(9.307)
	2.926.268	2.036.584	2.999.717	2.117.016

As informações sobre os ativos da Companhia dados em garantia as operações de empréstimos e financiamentos encontram-se divulgadas na nota explicativa 9.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas cláusulas contratuais (“*Covenants*”) que estabelecem o vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos. Caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento nos contratos de empréstimos e financiamentos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos (*cross-acceleration* ou *cross-default*) os empréstimos e financiamentos a eles vinculados poderão ser considerados vencidos antecipadamente pelos respectivos credores.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Fornecedores de bens e serviços	87.087	53.360	125.787	101.858
Fornecedores de imobilizado	4.523	14.815	11.214	29.202
Outras contas a pagar - Partes relacionadas (Nota 26)	20.911	514	647	514
Outras contas a pagar	7.650	5.639	23.372	28.234
	120.171	74.328	161.020	159.808
Circulante	119.740	73.909	160.589	159.389
Não circulante	431	419	431	419

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 18.

13 Provisões e encargos trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Salários a pagar	12.022	8.670	18.311	14.642
Provisão para 13º salário	7.448	3.279	10.042	4.486
Provisão para férias	22.780	19.001	30.939	25.479
	42.250	30.950	59.292	44.607

14 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Adiantamento de clientes	86.632	27.075	89.085	28.950

Devido a sazonalidade das operações Companhia, os adiantamentos de clientes tendem a aumentar durante o período de safra a fim de assegurar os recebíveis dos próximos meses. No final da safra, especialmente no mês de março, como os estoques de produtos estão em seus menores níveis e os volumes antecipados tendem a ser menores que nos meses anteriores.

15 Impostos diferidos

Os impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Controladora

	30/06/2024		31/03/2024		Resultado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	2024	2023
Custo atribuído imobilizado	-	19.885	-	20.073	188	141
Valor justo do ativo biológico	-	74.764	-	52.852	(21.912)	13.743
Mais valia do ativo fixo em combinação de negócios	-	21.238	-	21.628	390	3.690
Depreciação acelerada incentivada	-	62.867	-	112.125	49.258	(4.326)
Recálculo depreciação vida útil	-	38.463	-	34.474	(3.989)	(249)
Ajuste a valor presente	-	541	2.195	1.466	(1.270)	(1.427)
Valor justo de investimentos	-	18.727	-	18.726	(1)	(1)
Arrendamento mercantil	2.335	-	283	-	2.052	(2.553)
Valor justo de CBIOS	-	219	-	1.720	1.501	(1.621)
Tributos <i>sub judice</i> liquidados e adicionados em anos anteriores pendentes no	-	4.553	-	7.838	3.285	(3.285)
Lalur no imposto de renda						
Sobre provisões temporárias	4.616	-	5.645	-	(1.029)	(2.643)
Instrumentos derivativos	48.336	-	8.432	-	39.904	(27.161)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	122.106	-	114.622	-	7.484	16.534
	<u>177.393</u>	<u>241.257</u>	<u>131.177</u>	<u>270.902</u>	<u>75.861</u>	<u>(9.158)</u>
Impostos diferidos líquidos		<u>63.864</u>		<u>139.725</u>		

Consolidado

	30/06/2024		31/03/2024		Resultado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	30/06/2024	30/06/2023
Custo atribuído imobilizado	-	19.885	-	20.073	188	141
Depreciação acelerada incentivada – Lavoura de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	(4.083)
Valor justo do ativo biológico	-	76.038	3.428	52.852	(26.614)	5.753
Mais valia do ativo fixo em combinação de negócios	-	21.238	-	21.628	390	3.690
Depreciação acelerada incentivada	-	62.867	-	112.125	49.258	(4.326)
Recálculo depreciação vida útil	-	69.021	-	64.172	(5.260)	(249)
Ajuste a valor presente	-	541	2.195	1.466	(1.270)	(1.427)
Valor justo de investimentos	-	18.727	-	18.726	(1)	(1)
Arrendamento mercantil	4.800	-	2.748	-	2.052	(1.187)
Provisões p/ contingências	6.021	-	4.934	-	1.087	543
Valor justo de CBIOS	-	402	-	2.048	1.647	(1.621)
Tributos <i>sub judice</i> liquidados e adicionados em anos anteriores pendentes no Lalur no imposto de renda	-	4.553	-	7.838	3.285	(3.285)
Sobre provisões temporárias	7.456	-	15.120	-	(7.664)	(2.643)
Instrumentos derivativos	50.985	-	8.432	25	42.578	(27.161)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	130.649	-	141.748	-	13.695	17.934
	199.911	273.272	178.605	300.953	73.371	(17.922)
Impostos diferidos líquidos	5.305	78.666	24.992	147.340		

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, são registrados os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As projeções de resultado são revisadas periodicamente, e o ativo fiscal diferido é reavaliado caso haja fatores relevantes que venham a modificar sua perspectiva de realização.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A Administração da Companhia, com base no orçamento aprovado, estima que os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social serão realizados conforme demonstrado a seguir:

Safra	Controladora		Consolidado	
	Prejuízo a compensar	IRPJ/CSLL a realizar	Prejuízo a compensar	IRPJ/CSLL a realizar
24/25	76.196	25.907	81.131	27.585
25/26	43.739	14.871	49.655	16.883
26/27	58.928	20.036	65.767	22.361
27/28	180.272	61.293	187.707	63.820
Total	359.135	122.107	384.260	130.649

A Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda possui em 30 de junho de 2024 créditos tributários no montante de R\$603.080, referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro. A Administração da USV avaliou a possibilidade de aproveitamentos destes créditos e entendeu não haver no momento sua recuperabilidade, por isso deixou de constituir os mesmos em sua escrituração contábil. Ressalta-se que créditos desta natureza não prescrevem e que, assim que a Companhia identificar sua recuperabilidade, estes poderão ser utilizados no abatimento do imposto de renda e da contribuição social apurados.

A Companhia está investindo em renovação e expansão do canavial visando o aumento de produção de cana-de-açúcar para suprir a capacidade ociosa da USV assim como na construção de uma fábrica de açúcar na mesma unidade. Com o aumento da produção de cana-de-açúcar e flexibilização do mix de produção de açúcar e etanol, a Companhia estima que o resultado da Unidade Santa Vitória seja incrementado e passe a gerar situação de rentabilidade e consumo do prejuízo fiscal acumulado.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Reconciliação da taxa efetiva				
Lucro/prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.624)	58.650	(34.809)	68.894
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	13.132	(19.941)	11.835	(23.424)
Ajuste para apuração da alíquota efetiva				
Ajuste de cálculo de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	1.909	1.872
Adições / Exclusões permanentes	1.916	951	5.201	951
Créditos de descarbonização - CBIOS	3.046	-	3.046	(5.338)
Equivalência patrimonial	9.394	4.796	1.682	1.501
Incentivos fiscais	8.758	5.036	8.758	5.036
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	36.246	(9.158)	32.431	(19.402)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(39.615)	-	(40.940)	(1.480)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75.861	(9.158)	73.371	(17.922)

16 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos, foi constituída provisão em valor considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora			
	30/06/2024		31/03/2024	
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.915	7.915	8.008	8.007
Contingências trabalhistas	417	2.338	360	2.282
PIS/COFINS/INSS	52.707	-	50.715	-
Outras	6.017	2.925	4.392	2.910
	<u>67.056</u>	<u>13.178</u>	<u>63.475</u>	<u>13.199</u>
	Consolidado			
	30/06/2024		31/03/2024	
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.915	7.915	8.008	8.008
Contingências trabalhistas	2.895	6.871	2.486	5.651
PIS/COFINS/INSS	52.707	-	50.715	-
Outras	6.017	8.031	4.392	7.907
	<u>69.534</u>	<u>22.817</u>	<u>65.601</u>	<u>21.566</u>

As movimentações dos saldos dos depósitos judiciais e provisões para contingências no exercício foram como segue:

Depósitos Judiciais

Controladora				
	31/03/2024	Adições	Reversões	30/06/2024
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	8.008	104	(197)	7.915
Trabalhistas	360	126	(69)	417
PIS/COFINS/INSS	50.715	1.992	-	52.707
Outras	4.392	1.663	(38)	6.017
	<u>63.475</u>	<u>3.885</u>	<u>(304)</u>	<u>67.056</u>

Controladora				
	31/03/2023	Adições	Reversões	30/06/2023
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.609	20	-	7.629
Trabalhistas	661	10	(136)	535
PIS/COFINS/INSS	98.734	2.893	-	101.627
Outras	3.613	456	(120)	3.949
	<u>110.617</u>	<u>3.379</u>	<u>(256)</u>	<u>113.740</u>

Consolidado				
	31/03/2024	Adições	Reversões	30/06/2024
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	8.008	104	(197)	7.915
Trabalhistas	2.486	611	(202)	2.895
PIS/COFINS/INSS	50.715	1.992	-	52.707
Outras	4.392	1.663	(38)	6.017
	<u>65.601</u>	<u>4.370</u>	<u>(437)</u>	<u>69.534</u>

Consolidado				
	31/03/2023	Adições	Reversões	30/06/2023
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.609	20	-	7.629
Trabalhistas	2.112	257	(136)	2.233
PIS/COFINS/INSS	98.734	2.892	-	101.626
Outras	3.613	456	(120)	3.949
	<u>112.068</u>	<u>3.625</u>	<u>(256)</u>	<u>115.437</u>

Provisões para contingências

	Controladora			
	31/03/2024	Adições	Reversões	30/06/2024
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	8.007	104	(196)	7.915
Trabalhistas	2.282	56	-	2.338
Outras	2.910	54	(39)	2.925
	<u>13.199</u>	<u>214</u>	<u>(235)</u>	<u>13.178</u>

	Controladora			
	31/03/2023	Adições	Reversões	30/06/2023
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.609	20	-	7.629
Trabalhistas	2.317	-	(14)	2.303
Outras	7.833	104	(186)	7.751
	<u>17.759</u>	<u>124</u>	<u>(200)</u>	<u>17.683</u>

	Consolidado			
	31/03/2024	Adições	Reversões	30/06/2024
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	8.008	104	(197)	7.915
Trabalhistas	5.651	2.434	(1.214)	6.871
Outras	7.907	161	(37)	8.031
	<u>21.566</u>	<u>2.699</u>	<u>(1.448)</u>	<u>22.817</u>

	Consolidado			
	31/03/2023	Adições	Reversões	30/06/2023
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - <i>sub judice</i>	7.609	20	-	7.629
Trabalhistas	6.352	301	(182)	6.471
Outras	12.653	104	(187)	12.570
	<u>26.614</u>	<u>425</u>	<u>(369)</u>	<u>26.670</u>

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, e com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso. O valor provisionado está compreendido por:

a. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - Sub judice

Amparada por liminares obtidas em mandados de segurança referentes às safras anteriores a 2000/2001, a Companhia promoveu o não destaque do IPI sobre a saída de açúcar com base na alegação de inconstitucionalidade da tributação, fundamentada, entre outros aspectos, pela violação do princípio da seletividade, previsto no artigo 153, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal. A partir de maio de 2001, a Companhia optou por recolher os valores do IPI.

b. Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são processos administrativos, cíveis e tributários avaliados como sendo de risco possível, no montante de R\$ 81.495 em 30 de junho de 2024 para a controladora e R\$ 88.755 no consolidado (R\$ 80.544 na controladora e R\$ 90.645 no consolidado em 31 de março de 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída. O montante principal refere-se a processos tributários em que os principais objetos de discussão são: PIS e COFINS, Contribuição Previdenciária ao FUNRURAL e IRPJ e CSLL.

17 Patrimônio líquido - Controladora

Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 30 de junho de 2024 e 31 de março de 2024 é de R\$ 1.039.266. Está representado por 303.541.864 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizado.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Incentivos fiscais

Corresponde à reserva que é constituída por conta do programa de incentivos fiscais. O valor do benefício em um determinado exercício é registrado no resultado do exercício como uma redução do imposto de renda com uma reserva correspondente constituída no patrimônio líquido. Pelas regras de incentivos, os incentivos fiscais não podem ser utilizados na apuração nem no pagamento de dividendos. O valor dos incentivos só pode ser usado para aumentar o capital social e é oriundo dos seguintes incentivos:

- (a) Desconto obtido com a liquidação antecipada do contrato de financiamento firmado com o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR objeto de oferta pública conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º da Lei 13.436/1998 de 13 de dezembro de 1998;
- (b) Desconto obtido do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás - PRODUZIR, conforme Inciso VII do Artigo 20 da Lei 13.591 de 18 de janeiro de 2000.
- (c) Crédito Outorgado de ICMS sobre a comercialização de Etanol Anidro Carburante, incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado de Goiás para as empresas enquadradas nos programas FOMENTAR ou PRODUZIR, equivalente a 60% do valor do ICMS como se devido fosse nas operações de vendas de Etanol Anidro realizadas junto às distribuidoras. O benefício é regulamentado pela Lei Estadual nº 13.246/99, art. 3º, II.

A Companhia constitui "Reserva de Subvenção para Investimentos" ao final de cada exercício em que é apurado lucro. A Companhia mantém controles paralelos para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes, conforme IN 1.515/14, artigo 3º, § 3º e Lei 12.973/14, artigo 30, § 3º. Em 31 de março de 2024 e 2023 não havia saldo de Reserva de Incentivos Fiscais não constituídas.

Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro distribuível ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Em 31 de março de 2024 foram apurados dividendos mínimos obrigatórios conforme demonstrado a seguir.

	2024
Resultado do exercício	85.118
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	832
Resultado ajustado do exercício	85.950
Reserva legal - 5%	(4.298)
Recomposição parcial da subvenção para investimento	(62.554)
Resultado antes dos dividendos mínimos obrigatórios	19.098
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.775)
Dividendos adicionais propostos	(14.323)

Juros sobre o capital próprio

Juros sobre Capital Próprio ou “JCP” são os juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do § 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995.

A política de distribuição de dividendos prevê que a Companhia poderá remunerar os acionistas por meio de dividendos e/ou JCP, conforme estabelecido no Estatuto Social, e que caso a Companhia opte pelo pagamento de JCP, o montante pago, líquido de imposto de renda retido na fonte, nos termos da legislação aplicável, será imputado ao dividendo obrigatório devido aos acionistas no exercício.

Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do IAS 16 (CPC 27) e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Ações em tesouraria

Em 11 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implementação de um Programa de recompra de ações da Companhia tendo como objetivos (a) aplicar recursos disponíveis da Companhia na administração eficiente da sua estrutura de capital e maximização da geração de valor para os acionistas; e (b) caso venha a ser aprovado um plano de remuneração baseada em ações da Companhia, atender ao futuro exercício das outorgas que forem eventualmente realizadas.

Nos termos do Programa, a Companhia poderá adquirir até 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a até 1,36% (um vírgula trinta e seis por cento) do total de ações de emissão da Companhia e a até 4,15% (quatro vírgula quinze por cento) das suas ações em circulação.

Até 30 de junho de 2024 a Companhia adquiriu 1.994.200 ações ao custo médio de R\$7,1512, totalizando R\$14.261.

18 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos.

Controladora

	Valor contábil			Valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
30/06/2024					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.275.447	-	1.275.447	-
Caixa restrito	-	19.287	-	19.287	-
Instrumentos financeiros derivativos	121.126	-	-	121.126	121.126
Dividendos a receber	-	3.888	-	3.888	3.888
Contas a receber e outros recebíveis	-	60.195	-	60.195	-
Total	121.126	1.358.817	-	1.479.943	125.014
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos					
Instrumentos financeiros derivativos	263.290	-	-	263.290	263.290
Total	263.290	-	-	263.290	263.290
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.926.268	2.926.268	2.988.445
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	120.171	120.171	-
Arrendamentos a pagar			1.206.753	1.206.753	-
Total	-	-	4.253.192	4.253.192	2.988.445
	Valor contábil			Valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
31/03/2024					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	980.080	-	980.080	-
Caixa restrito	-	19.582	-	19.582	-
Instrumentos financeiros derivativos	148.422	-	-	148.422	148.422
Dividendos a receber	-	11.653	-	11.653	11.653
Contas a receber e outros recebíveis	-	86.987	-	86.987	-
Total	148.422	1.098.302	-	1.246.724	160.075
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Instrumentos financeiros derivativos	173.222	-	-	173.222	173.222
Total	173.222	-	-	173.222	173.222
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.561.513	2.561.513	2.676.417
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	74.328	74.328	-
Arrendamentos a pagar			931.502	931.502	-
Total	-	-	3.567.343	3.567.343	2.676.417

Consolidado

	Valor contábil			Valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
30/06/2024					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.297.853	-	1.297.853	-
Caixa restrito	-	19.287	-	19.287	-
Instrumentos financeiros derivativos	121.126	-	-	121.126	121.126
Dividendos a receber	-	3.888	-	3.888	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	126.649	-	126.649	-
Total	121.126	1.447.677	-	1.568.803	121.126
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Instrumentos financeiros derivativos	271.080	-	-	271.080	271.080
Total	271.080	-	-	271.080	271.080
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.999.717	2.999.717	3.061.894
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	161.020	161.020	-
Arrendamentos a pagar	-	-	1.405.384	1.405.384	-
Total	-	-	4.566.121	4.566.121	3.061.894

	Valor contábil			Valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
31/03/2024					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.049.863	-	1.049.863	-
Caixa restrito	-	19.582	-	19.582	-
Instrumentos financeiros derivativos	148.530	-	-	148.530	148.530
Dividendos a receber	-	3.888	-	3.888	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	180.607	-	180.607	-
Total	148.530	1.253.940	-	1.402.470	148.530
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Instrumentos financeiros derivativos	173.258	-	-	173.258	173.258
Total	173.258	-	-	173.258	173.258
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.636.753	2.636.753	2.751.657
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	159.808	159.808	-
Arrendamentos a pagar	-	-	1.379.726	1.379.726	-
Total	-	-	4.176.287	4.176.287	2.751.657

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir.

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia.

Os instrumentos de *hedge* são avaliados por meio de técnicas de avaliação com dados de mercado observáveis e referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros e *NDF*. As técnicas de avaliação aplicadas geralmente incluem modelos de precificação e contratos, com cálculos de valor presente. Os modelos incorporam vários dados, incluindo a qualidade de crédito das contrapartes, câmbio à vista e taxas futuras e curvas de taxas de juros.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar os valores justos dos instrumentos financeiros de acordo com a técnica de avaliação utilizada:

- Nível 1: Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de junho de 2024 e 31 de março de 2024.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos operacionais
- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Riscos de taxa de juros; e
- Riscos de câmbio.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital a Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área reportam-se regularmente à Presidência sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações.

(i) Riscos operacionais

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia, suas controladas e coligada estão sujeitas às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que operam. Dessa forma, as Companhias estabeleceram políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais.

As instalações de produção e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia, suas controladas e coligada diminuíram os riscos *associados* com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e de controles com investimentos em equipamentos de controle de poluição.

A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

A Companhia, suas controladas e coligada acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de seringueiras e cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Companhia e suas controladas tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.275.447	980.080	1.297.853	1.049.863
Caixa restrito	19.287	19.582	19.287	19.582
Contas a receber e outros recebíveis	59.878	86.987	126.332	180.607
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	121.126	148.422	121.126	148.530
	<u>1.475.738</u>	<u>1.235.071</u>	<u>1.564.598</u>	<u>1.398.582</u>
Circulante	1.383.985	1.136.446	1.428.740	1.255.156
Não circulante	91.753	98.625	135.858	143.426

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam *rating* “AA” ou superior avaliados por instituições de referência, tais como S&P Global Ratings, Fitch Ratins e Moody's Investors Service. Condições de mercado em relação a taxas, prazos e volume de exposição junto a cada instituição para que não haja concentração excessiva de recursos em um único banco também são avaliadas no momento da aplicação de recursos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra), o que possibilita à Companhia e a suas controladas interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

Perdas por redução no valor recuperável

A empresa avalia a imparidade das contas a receber com base em:

- (a) Experiência histórica de perdas por clientes e segmento;
- (b) Atribuir uma classificação de crédito para cada cliente com base em medidas qualitativas e quantitativas para o cliente; e
- (c) Atribui um percentual de redução ao valor recuperável para fins de provisão com base nos itens (a) e (b) acima e na situação da conta a receber do cliente (atual ou vencida).

A composição por vencimento das contas a receber de clientes dos mercados interno e externo na data das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, para as quais foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável de acordo com as classificações de risco interna, era a seguinte:

Controladora					
30/06/2024			31/03/2024		
Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada
A vencer	0%	53.974	-	0%	64.207
Vencido de 1 a 30 dias	0%	4.738	-	0%	21.735
Vencido de 31 a 60 dias	0%	159	-	0%	758
Vencido de 61 a 90 dias	0%	50	-	0%	58
Vencido de 91 a 180 dias	0%	1.274	-	0%	169
Vencido de 181 a 360 dias	100%	214	214	85%	397
Vencido há mais de 360 dias	100%	3.000	3.000	100%	2.548
		63.409	3.214		89.872
		63.409	3.214		89.872

Consolidado					
30/06/2024			31/03/2024		
Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada
A vencer	0%	118.648	-	0%	150.764
Vencido de 1 a 30 dias	0%	5.835	-	0%	28.337
Vencido de 31 a 60 dias	0%	827	-	0%	1008
Vencido de 61 a 90 dias	0%	50	-	0%	72
Vencido de 91 a 180 dias	0%	1.289	-	0%	364
Vencido de 181 a 360 dias	100%	214	214	74%	457
Vencido há mais de 360 dias	100%	3.000	3.000	100%	2.548
		129.863	3.214		183.552
		129.863	3.214		183.552

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada foi:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024
Saldo inicial	(2.886)	(885)
Perda estimada	(152)	(2.070)
Baixa	4	10
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(180)	59
	(3.214)	(2.886)
	(3.214)	(2.886)

Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas procuram trabalhar com pagamentos antecipados.

Garantias

A Companhia e suas controladas têm como política não exigir garantia a terceiros.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha

liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiro ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam-se de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Em busca de maior *disclosure* e transparência perante seus *stakeholders*, a Jalles Machado é avaliada por duas agências internacionais de classificação de riscos, *Standard and Poor's* e *Fitch Rating*. Os *ratings* na agência Standard and Poor's são 'BB' em escala global e 'BrAAA' em escala nacional, enquanto os ratings na agência Fitch são 'BB-' em escala global e 'AA-(bra)' em escala nacional.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

Controladora

	30/06/2024					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	120.171	120.171	119.740	21	21	389
Arrendamentos mercantis a pagar	1.206.753	1.867.476	186.609	184.115	543.474	953.278
Instrumentos financeiros derivativos	263.290	263.290	116.987	50.786	59.874	35.643
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	2.926.268	4.265.258	381.355	691.409	1.214.178	1.978.316
	<u>4.516.482</u>	<u>6.516.195</u>	<u>804.691</u>	<u>926.331</u>	<u>1.817.547</u>	<u>2.967.626</u>
Circulante	516.487	804.691				
Não circulante	3.999.995	5.711.504				

	31/03/2024					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	74.328	74.328	73.909	18	18	383
Arrendamentos mercantis a pagar	931.502	1.508.054	159.912	143.447	422.267	782.428
Instrumentos financeiros derivativos	173.222	173.222	88.015	36.550	33.668	14.989
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	2.561.513	3.720.949	378.606	661.583	1.145.579	1.535.181
	<u>3.740.565</u>	<u>5.476.553</u>	<u>700.442</u>	<u>841.598</u>	<u>1.601.532</u>	<u>2.332.981</u>
Circulante	461.567	700.442				
Não circulante	3.278.998	4.776.111				

Consolidado

	Valor contábil	Fluxo contratual	30/06/2024			
			Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	161.020	161.020	160.589	21	21	389
Arrendamentos mercantis a pagar	1.405.384	2.207.674	234.233	293.116	719.299	961.026
Instrumentos financeiros derivativos	271.080	271.080	119.453	56.110	59.874	35.643
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	2.999.717	4.338.708	389.207	699.051	1.237.105	2.013.345
	<u>4.837.201</u>	<u>6.978.482</u>	<u>903.482</u>	<u>1.048.298</u>	<u>2.016.299</u>	<u>3.010.403</u>
Circulante	631.314	903.482				
Não circulante	4.205.887	6.075.000				

	Valor contábil	Fluxo contratual	31/03/2024			
			Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	159.808	159.808	159.389	18	18	383
Arrendamentos mercantis a pagar	1.379.726	1.954.859	237.620	228.192	615.530	873.517
Instrumentos financeiros derivativos	173.258	173.258	88.015	36.586	33.668	14.989
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	2.636.753	3.796.188	386.483	669.209	1.168.456	1.572.040
	<u>4.349.545</u>	<u>6.084.113</u>	<u>871.507</u>	<u>934.005</u>	<u>1.817.672</u>	<u>2.460.929</u>
Circulante	634.050	871.507				
Não circulante	3.715.495	5.212.606				

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como os preços do Açúcar, as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia usa derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro as diretrizes definidas pelo comitê de gestão de riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e no volume de vendas de açúcar, etanol produzidos da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia e suas controladas fazem a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia e de suas controladas estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP, TR e IPCA. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas e contratos de swap.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas controladas era:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2023
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa (nota 3)	1.268.930	946.894	1.290.055	1.007.783
Caixa restrito (nota 4)	19.287	19.582	19.287	19.582
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	2.699.522	2.333.627	2.772.971	2.408.867

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário atual corresponde a condição de estabilidade nas taxas de juros, sem variação. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, com variação de 5% nas taxas de juros. O Cenário 2 corresponde ao cenário considerado possível, com a uma alteração de 15% nas taxas. O Cenário 3 corresponde ao cenário remoto, com a alteração de 25% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas – Controladora

			30/06/2024							
Instrumento	Valor	Risco	Cenário atual		Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros										
Aplicações financeiras	1.268.930	CDI	10,40%	131.969	10,92%	138.568	11,96%	151.766	13,00%	164.961
Caixa restrito	19.072	CDI	10,40%	1.983	10,92%	2.082	11,96%	2.280	13,00%	2.479
Passivos financeiros										
Finame/Finem/Custeio agrícola	(36.652)	TLP	9,65%	(3.536)	10,13%	(3.714)	11,09%	(4.067)	12,06%	(4.420)
Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola	(354.787)	CDI	12,19%	(43.257)	12,80%	(45.420)	14,02%	(49.746)	15,24%	(54.070)
Mercado de capitais	(2.260.374)	IPCA	11,94%	(269.934)	12,54%	(283.431)	13,73%	(310.424)	14,93%	(337.417)
Finem / FCO	(7.745)	TX.JRSVAR	6,82%	(528)	7,16%	(554)	7,84%	(607)	8,52%	(660)
Multilateral / Capital de giro	(39.964)	LIBOR 6m	10,69%	(4.273)	11,23%	(4.487)	12,30%	(4.914)	13,37%	(5.341)
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>(187.576)</u>		<u>(196.956)</u>		<u>(215.712)</u>		<u>(234.468)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(9.380)</u>		<u>(28.136)</u>		<u>(46.892)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas – Controladora

			30/06/2024							
Instrumento	Valor	Risco	Cenário atual		Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros										
Aplicações financeiras	1.268.930	CDI	10,40%	131.969	9,88%	125.370	8,84%	112.172	7,80%	98.977
Caixa restrito	19.072	CDI	10,40%	1.983	9,88%	1.884	8,84%	1.686	7,80%	1.487
Passivos financeiros										
Finame/Finem/Custeio agrícola	(36.652)	TLP	9,65%	(3.536)	9,16%	(3.358)	8,20%	(3.005)	7,24%	(2.652)
Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola	(354.787)	CDI	12,19%	(43.257)	11,58%	(41.094)	10,36%	(36.768)	9,14%	(32.444)
Mercado de capitais	(2.260.374)	IPCA	11,94%	(269.934)	11,34%	(256.437)	10,15%	(229.444)	8,96%	(202.451)
Finem / FCO	(7.745)	TX.JRSVAR	6,82%	(528)	6,48%	(502)	5,79%	(449)	5,11%	(396)
Multilateral / Capital de giro	(39.964)	LIBOR 6m	10,69%	(4.273)	10,16%	(4.059)	9,09%	(3.632)	8,02%	(3.205)
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>(187.576)</u>		<u>(178.196)</u>		<u>(159.440)</u>		<u>(140.684)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>9.380</u>		<u>28.136</u>		<u>46.892</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas – Consolidado

Instrumento	Valor	Risco	30/06/2024							
			Cenário atual		Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros										
Aplicações financeiras	1.290.055	CDI	10,40%	134.166	10,92%	140.875	11,96%	154.291	13,00%	167.708
Caixa restrito	19.072	CDI	10,40%	1.983	10,92%	2.082	11,96%	2.280	13,00%	2.478
Passivos financeiros										
BNDES/Finame/Leasing/CDC	(19.249)	SELIC	16,01%	(3.081)	16,81%	(3.235)	18,41%	(3.543)	20,01%	(3.851)
Finame/Finem/Custeio agrícola	(90.852)	TLP	10,44%	(9.488)	10,97%	(9.962)	12,01%	(10.911)	13,05%	(11.860)
Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola	(354.787)	CDI	12,19%	(43.257)	12,80%	(45.420)	14,02%	(49.746)	15,24%	(54.071)
Mercado de capitais	(2.260.374)	IPCA	11,94%	(269.934)	12,54%	(283.431)	13,73%	(310.424)	14,93%	(337.417)
Finem / FCO	(7.745)	TX.JRSVAR	6,82%	(528)	7,16%	(554)	7,84%	(607)	8,52%	(660)
Multilateral / Capital de giro	(39.964)	LIBOR 6m	10,69%	(4.273)	11,23%	(4.487)	12,30%	(4.914)	13,37%	(5.341)
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>(194.412)</u>		<u>(204.132)</u>		<u>(223.574)</u>		<u>(243.014)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(9.720)</u>		<u>(29.162)</u>		<u>(48.602)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas – Consolidado

			30/06/2024							
Instrumento	Valor	Risco	Cenário atual		Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros										
Aplicações financeiras	1.290.055	CDI	10,40%	134.166	9,88%	127.457	8,84%	114.041	7,80%	100.624
Caixa restrito	19.072	CDI	10,40%	1.983	9,88%	1.884	8,84%	1.686	7,80%	1.488
Passivos financeiros										
BNDES/Finame/Leasing/CDC	(19.249)	SELIC	16,01%	(3.081)	15,21%	(2.927)	13,61%	(2.619)	12,00%	(2.311)
Finame/Finem/Custeio agrícola	(90.852)	TLP	10,44%	(9.488)	9,92%	(9.014)	8,88%	(8.065)	7,83%	(7.116)
Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola	(354.787)	CDI	12,19%	(43.257)	11,58%	(41.094)	10,36%	(36.768)	9,14%	(32.443)
Mercado de capitais	(2.260.374)	IPCA	11,94%	(269.934)	11,34%	(256.437)	10,15%	(229.444)	8,96%	(202.451)
Finem / FCO	(7.745)	TX.JRSVAR	6,82%	(528)	6,48%	(502)	5,79%	(449)	5,11%	(396)
Multilateral / Capital de giro	(39.964)	LIBOR 6m	10,69%	(4.273)	10,16%	(4.059)	9,09%	(3.632)	8,02%	(3.205)
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>(194.412)</u>		<u>(184.692)</u>		<u>(165.250)</u>		<u>(145.810)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>9.720</u>		<u>29.162</u>		<u>48.602</u>

(v) **Risco de moeda**

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira).

Exposição a moeda estrangeira

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido à Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Controladora e consolidado	30/06/2024		31/03/2024	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Caixa e equivalentes de caixa	3.289	592	32.071	6.419
Contas a receber	27.723	4.987	28.123	5.629
Empréstimos e financiamentos	(93.975)	(16.905)	(116.381)	(23.294)
Exposição líquida	<u>(62.963)</u>	<u>(11.326)</u>	<u>(56.187)</u>	<u>(11.246)</u>

Análise de sensibilidade - Risco de moeda

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição dos empréstimos e financiamentos à variação monetária do dólar norte americano. A Companhia apresenta três cenários com elevação e redução de 5%, 10% e 15% da variável de risco considerado. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os respectivos montantes. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Variação de 5% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário II: Variação de 10% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário III: Variação de 15% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	Controladora e consolidado							
	USD	R\$	Elevação (R\$)			Redução (R\$)		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<i>Instrumentos financeiros</i>								
Ativo								
Caixas e equivalentes de caixa	592	3.289	165	330	495	(165)	(330)	(495)
Contas a receber	4.987	27.723	1.386	2.772	4.158	(1.386)	(2.772)	(4.158)
Passivo								
Empréstimos e financiamentos	(16.905)	(93.975)	<u>(4.699)</u>	<u>(9.398)</u>	<u>(14.097)</u>	<u>4.699</u>	<u>9.398</u>	<u>14.097</u>
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>			<u>(3.148)</u>	<u>(6.296)</u>	<u>(9.444)</u>	<u>3.148</u>	<u>6.296</u>	<u>9.444</u>

(vi) *Risco de preço de commodities*

Seguindo a política de gestão de riscos aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia faz uso dos derivativos de *commodities* buscando minimizar a volatilidade do seu resultado ocasionada pelas oscilações naturais dos preços das *commodities*. Dessa forma trabalha com a fixação de preços dos produtos e realiza o reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Nacionais e Internacionais (BM&F, ICE/NYBOT) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ.

O mercado utiliza como referência de preço de venda para o açúcar o valor do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova Iorque, e do etanol o indicador CEPEA/ESALQ. A exposição líquida entre ativos (expectativas de produção) e passivos (contratos de fixação) para o açúcar é gerenciada e protegida (*hedgeada*) por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa. No que se refere ao etanol, por falta de instrumentos financeiros derivativos líquidos para proteção (*hedge*), ele tem sua exposição gerenciada com base nas políticas de vendas do etanol físico que conta com uma estrutura de estocagem adequada para carregamento do produto em momentos que a Companhia entenda ser desfavorável a comercialização do mesmo. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites de risco aprovados e pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Os ganhos ou perdas originadas desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício.

Exposição do risco preço de commodities

A exposição para o risco de preços de *commodities* da Companhia baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Consolidado	Vencimento (safra)	Volume		Notional (R\$ mil)	
		30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Posição física / ativa					
Mercadorias					
Açúcar (toneladas)	2024-25	293.679	620.000	747.211	1.543.465
Açúcar (toneladas)	2025-26	370.000	620.000	912.722	1.483.419
Açúcar (toneladas)	2026-27	370.000	620.000	910.339	1.460.611
Etanol (m ³)	2024-25	331.531	305.000	862.195	723.963
Etanol (m ³)	2025-26	400.000	305.000	1.040.260	723.963
Etanol (m ³)	2026-27	400.000	305.000	1.040.260	723.963
Total				5.512.987	6.659.384
Contratos futuros (Forward)					
Posição Comprada					
Mercadorias					
Açúcar (tonelada)	2024-25	65.688	16.968	153.959	41.475
Açúcar (tonelada)	2026-27	-	2.642	-	6.161
				153.959	47.636
Posição Vendida					
Mercadorias					
Açúcar (tonelada)	2024-25	212.558	338.699	(509.337)	(824.033)
Açúcar (tonelada)	2025-26	267.814	267.813	(627.269)	(627.269)
Açúcar (tonelada)	2026-27	153.881	11.227	(352.083)	(25.806)
				(1.488.689)	(1.477.108)
Total				4.178.257	5.229.912

* Os volumes de açúcar e etanol são baseados em previsões da Companhia das produções e faturamento por safra.

A Companhia utiliza para controle da exposição de *commodities* basicamente contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*).

O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Caso a Companhia possua limite de crédito disponível com a instituição que esteja intermediando a fixação, a cobertura de margem é realizada pela própria instituição, e o ganho ou perda da posição só é realizado pela Companhia no momento da expiração da tela ou da recompra da posição.

Para os contratos de balcão, a mensuração do valor justo é dada pelos valores de mercado, via informação pública. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Para esses contratos não há necessidade de depósitos de margem. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data de liquidação.

Análise de sensibilidade para risco de commodities

A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável que consiste em utilizar como referência os preços utilizados no orçamento da Companhia para a safra 2024/25, e outros dois que possam apresentar efeitos de depreciação do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia considerando uma oscilação de 25% e 50% sobre a taxa de mercado do dia 30 de junho de 2024.

Produção	Notional	Provável		Elevação		Redução	
		30/06/2024	25%	50%	25%	50%	
Açúcar	2.570.272	170.905	642.568	1.285.136	(642.568)	(1.285.136)	
Etanol	2.942.715	191.564	735.679	1.471.358	(735.679)	(1.471.358)	
	5.512.987	362.469	1.378.247	2.756.494	(1.378.247)	(2.756.494)	
Contratos futuros							
(Forward)							
Mercadorias							
Açúcar	(1.262.448)	(1.262.448)	(244.080)	21.177	(774.594)	(1.039.851)	
	(1.262.448)	(1.262.448)	(244.080)	21.177	(774.594)	(1.039.851)	
Efeito total no resultado da companhia	4.250.539	(899.979)	1.134.167	2.777.671	(2.152.841)	(3.796.345)	

Em virtude da sazonalidade do comportamento da cotação da *commodity* - açúcar, esse cenário está sujeito a variações durante o ano/safra.

d. Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia e de suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A fim de manter ou ajustar sua estrutura de capital, a Companhia pode tomar medidas para assegurar o cumprimento dos objetivos acima mencionados.

e. Instrumentos financeiros hedge

A Companhia está exposta a riscos de mercado, sendo os principais:

- (i) A volatilidade dos preços de açúcar, e derivados;
- (ii) Volatilidade da taxa de câmbio; e
- (iii) Volatilidade das taxas de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco ao qual a Administração busca cobertura.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de março de 2024, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção mensurados por meio de fatores observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos de caixa descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

Hedge	Vencimento	Notional	30/06/2024			
			Controladora		Consolidado	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
NDF - Moeda	07/2024 a 06/2025	653.032.403	8.315	30.577	8.315	33.042
NDF - Açúcar	07/2024 a 06/2025	904.821.490	32.157	68.750	32.157	68.751
SWAP	07/2024 a 06/2025	-	-	17.660	-	17.660
NDF - Moeda	07/2025 a 06/2026	221.988.428	-	12.193	-	16.853
NDF - Açúcar	07/2025 a 06/2026	737.825.866	6.708	24.045	6.708	24.709
SWAP	07/2025 a 06/2026	-	14.336	14.548	14.336	14.548
SWAP	07/2026 a 06/2027	-	11.801	29.474	11.801	29.474
SWAP	07/2028 a 06/2029	-	23.521	22.880	23.521	22.880
SWAP	07/2029 a 06/2030	-	12.103	7.520	12.103	7.520
SWAP	07/2030 a 06/2031	-	12.185	12.471	12.185	12.471
SWAP	07/2031 a 06/2032	-	-	9.566	-	9.566
SWAP	07/2032 a 06/2033	-	-	9.674	-	9.674
SWAP	07/2033 a 06/2034	-	-	3.932	-	3.932
			121.126	263.290	121.126	271.080
Circulante			40.472	116.987	40.472	119.453
Não circulante			80.654	146.303	80.654	151.627

Hedge	Vencimento	Notional	31/03/2024			
			Controladora		Consolidado	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
NDF - Açúcar	04/2024 a 03/2025	876.944.569	27.181	73.106	27.181	73.106
NDF - Moeda	04/2024 a 03/2025	478.268.629	34.575	1.488	34.575	1.488
SWAP	04/2024 a 03/2025	-	9	13.421	9	13.421
NDF - Açúcar	04/2025 a 03/2026	627.269.198	9.074	24.276	9.074	24.276
NDF - Moeda	04/2025 a 03/2026	190.815.804	5.273	446	5.381	482
SWAP	04/2025 a 03/2026	-	17.209	11.828	17.209	11.828
NDF - Açúcar	04/2026 a 03/2027	31.966.727	3	382	3	382
NDF - Moeda	04/2026 a 03/2027	14.649.249	-	97	-	97
SWAP	04/2026 a 03/2027	-	54	8.274	54	8.274
SWAP	04/2027 a 03/2028	-	37	9.190	37	9.190
SWAP	04/2028 a 03/2029	-	24.198	15.725	24.198	15.725
SWAP	04/2029 a 03/2030	-	8.855	6.864	8.855	6.864
SWAP	04/2030 a 03/2031	-	10.489	2.895	10.489	2.895
SWAP	04/2031 a 03/2032	-	11.465	2.429	11.465	2.429
SWAP	04/2032 a 03/2033	-	-	2.576	-	2.576
SWAP	04/2033 a 03/2034	-	-	225	-	225
			148.422	173.222	148.530	173.258
Circulante			61.765	88.015	61.765	88.015
Não circulante			86.657	85.207	86.765	85.243

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado.

Resultado com instrumentos financeiros de hedge

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 30 de junho, os impactos contabilizados nos resultados estão demonstrados a seguir:

	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Operações de hedge, líquidas				
Operações Liquidadas				
Operações de açúcar	14.860	(65.715)	14.860	(65.715)
Operações de câmbio	10.067	13.604	10.067	13.604
Operações de indexador	(6.450)	(5.438)	(6.450)	(5.438)
	<u>18.477</u>	<u>(57.549)</u>	<u>18.477</u>	<u>(57.549)</u>
Operações em aberto				
Operações de açúcar	7.474	28.017	7.474	28.017
Operações de câmbio	(72.171)	25.333	(79.930)	25.333
Operações de indexador	(52.666)	26.536	(52.666)	26.536
	<u>(117.363)</u>	<u>79.886</u>	<u>(125.122)</u>	<u>79.886</u>
	<u>(98.886)</u>	<u>22.337</u>	<u>(106.645)</u>	<u>22.337</u>

Para reduzir a volatilidade do seu fluxo de caixa e proteção patrimonial em decorrência de oscilações no preço do açúcar e câmbio, a Companhia possui Política de Gestão de Risco Cambial, de Commodities e de Liquidez implementada e faz uso de diversos instrumentos de *hedge* para proteger uma parcela do volume projetado das vendas a preços flutuantes, com objetivo exclusivo de mitigação de riscos advindos dos descasamentos dos indexadores entre ativos e passivos (preços das commodities, taxas de juros ou de câmbio).

Nos termos da Política de Gestão de Risco Cambial, de Commodities e de Liquidez, a Companhia poderá se utilizar de diversos instrumentos de derivativos disponíveis, tais quais:

- i. Fixação do preço futuro do açúcar em dólar;
- ii. Compra ou venda de câmbio à vista ou futuro;
- iii. *Swap* de moeda estrangeira;
- iv. Pagamento antecipado ou tomada de financiamentos em moeda estrangeira;
- v. Compra e venda de opções de câmbio e preços de commodities;
- vi. Aplicação em fundos cambiais;
- vii. Compra e venda de opções de açúcar; e
- viii. Manutenção de disponibilidades em moeda estrangeira.

19 Receita operacional líquida

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito.

A receita operacional da Companhia e de suas controladas é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Mercado externo				
Açúcar branco	9.374	19.434	9.374	19.434
Açúcar orgânico	41.421	42.915	41.421	42.915
	<u>50.795</u>	<u>62.349</u>	<u>50.795</u>	<u>62.349</u>
Mercado interno				
Etanol	112.468	89.234	189.656	189.765
Açúcar	156.751	182.166	156.751	182.166
Açúcar orgânico	10.960	8.193	10.960	8.193
Soja	1.855	2.137	2.917	2.349
Energia elétrica	-	-	26.755	23.895
Saneantes	8.698	12.773	8.698	12.773
Derivados de levedura	1.361	3.237	1.361	3.237
CBIOS	8.959	1.003	16.623	10.418
Outras vendas	1.315	2.010	1.665	4.559
	<u>302.367</u>	<u>300.753</u>	<u>415.386</u>	<u>437.355</u>
Receita bruta Fiscal	<u>353.162</u>	<u>363.102</u>	<u>466.181</u>	<u>499.704</u>
(-) Impostos sobre vendas	(41.577)	(34.748)	(63.197)	(53.737)
(-) Devoluções	(1.690)	(915)	(1.716)	(915)
Total da receita operacional líquida	<u>309.895</u>	<u>327.439</u>	<u>401.268</u>	<u>445.052</u>
Conciliação da receita líquida por mercado				
Mercado interno				
Receita bruta	302.367	300.753	415.386	437.355
(-) Impostos sobre vendas	(41.577)	(34.748)	(63.197)	(53.737)
(-) Devoluções	(1.690)	(915)	(1.716)	(915)
Receita líquida	<u>259.100</u>	<u>265.090</u>	<u>350.473</u>	<u>382.703</u>
Mercado externo				
Receita bruta	50.795	62.349	50.795	62.349
Receita líquida	<u>50.795</u>	<u>62.349</u>	<u>50.795</u>	<u>62.349</u>
Total da receita líquida	<u>309.895</u>	<u>327.439</u>	<u>401.268</u>	<u>445.052</u>

Obrigações de performance e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço para o cliente.

A Companhia reconhece a receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle das mercadorias. Não há estimativa de perdas com vendas e não há programa de fidelidade. A Companhia considera que todas as obrigações de desempenho são cumpridas no momento da entrega do produto, que é também o momento do reconhecimento da receita.

20 Custos e despesas operacionais por natureza

a. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Amortização do ativo biológico	(51.618)	(51.528)	(63.318)	(70.346)
Depreciação da lavoura	(26.172)	(23.674)	(39.615)	(26.599)
Depreciações de máquinas, equipamentos e instalações	(19.541)	(23.587)	(39.952)	(60.698)
Depreciações de direitos de uso	(28.594)	(27.387)	(30.754)	(30.906)
Serviços prestados por terceiros	(20.201)	(17.809)	(23.967)	(20.822)
Custos com pessoal	(18.930)	(17.146)	(35.281)	(31.150)
Operação e manutenção	(23.638)	(20.469)	(32.466)	(28.822)
Matéria prima / insumos industriais	(11.980)	(14.385)	(3.998)	(23.057)
Fretes	(9.385)	(8.571)	(9.385)	(8.571)
Outros gastos	(13.509)	(5.181)	(11.822)	(8.924)
CBIOS	(9.898)	(1.031)	(17.845)	(7.169)
	<u>(233.466)</u>	<u>(210.768)</u>	<u>(308.403)</u>	<u>(317.064)</u>

b. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Gastos com transporte	(19.186)	(11.257)	(19.187)	(11.257)
Comissões sobre vendas	(1.636)	(2.017)	(2.374)	(2.195)
Custos com pessoal	(4.970)	(4.350)	(5.050)	(4.355)
Outras despesas	(2.306)	(2.994)	(2.251)	(3.884)
Serviços prestados por terceiros	(5.479)	(4.202)	(5.736)	(4.202)
Armazenagem / estufagem / inspeção - Açúcar	(3.467)	(2.554)	(3.467)	(2.554)
Depreciações	(1.556)	(1.389)	(2.041)	(1.442)
Gastos com seguros	(864)	(607)	(864)	(607)
Propaganda e publicidade	(422)	(509)	(422)	(509)
	<u>(39.886)</u>	<u>(29.879)</u>	<u>(41.392)</u>	<u>(31.005)</u>

c. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Custos com pessoal	(11.976)	(11.126)	(14.801)	(12.836)
Serviços prestados por terceiros	(8.115)	(6.505)	(8.913)	(7.335)
Outras despesas	(2.534)	(1.785)	(5.486)	(2.564)
Depreciações	(705)	(873)	(945)	(1.193)
Despesas tributárias - Protege /GO	(3.612)	(3.348)	(3.612)	(3.348)
Antecipação Produzir	(909)	(535)	(909)	(535)
Despesas tributárias	(2.636)	840	(2.637)	(640)
Auxílios e doações	(387)	(435)	(387)	(435)
Reversão/(Provisão) p/ contingências	(15)	94	(15)	94
	<u>(30.889)</u>	<u>(23.673)</u>	<u>(37.705)</u>	<u>(28.792)</u>

21 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Incentivo fiscal - Produzir (a)	9.088	5.345	9.088	5.345
Incentivo fiscal - fomentar (b)	9.751	-	9.751	-
Crédito outorgado sobre etanol anidro (c)	7.768	6.432	7.768	6.432
Sinistro	-	415	-	415
Alienação de bens do ativo imobilizado	2.834	274	2.834	274
Avaliação de créditos de descarbonização (d)	5.484	5.797	13.001	9.238
Outras receitas operacionais (e)	2.062	2.512	15.965	2.770
	<u>36.987</u>	<u>20.775</u>	<u>58.407</u>	<u>24.474</u>
(-) Outras despesas (e)	(18)	(410)	(1.946)	(11.992)
(-) Custo da baixa dos bens alienados	(2.612)	(423)	(2.612)	(422)
	<u>(2.630)</u>	<u>(833)</u>	<u>(4.558)</u>	<u>(12.414)</u>
Outras receitas operacionais	<u>34.357</u>	<u>19.942</u>	<u>53.849</u>	<u>12.060</u>

- (a) Incentivo fiscal, regulamentado pelo art. 20 da Lei Estadual nº13.591/2000, concedido pelo Governo do Estado de Goiás referente ao desconto no pagamento de 73% do ICMS devido nas vendas de produtos incentivados da Unidade Otávio Lage.
- (b) Incentivo fiscal obtido com a liquidação antecipada do contrato de financiamento firmado com o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR objeto de oferta pública conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º da Lei 13.436/1998 de 13 de dezembro de 1998.
- (c) Incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado de Goiás para as empresas enquadradas nos programas FOMENTAR ou PRODUZIR, equivalente a 60% do valor do ICMS como se devido fosse nas operações de venda de Etanol Anidro realizadas junto às distribuidoras. O benefício é regulamentado pela Lei Estadual nº 13.246/99, art. 3º, II.
- (d) Créditos de descarbonização – CBIOS são reconhecidos no momento do reconhecimento da receita de etanol anidro e hidratado pelo valor de mercado. Ao identificar perda na avaliação do estoque de CBIOS, a provisão para perda é reconhecida em outras receitas (despesas) operacionais líquidas. A venda de créditos é reconhecida como receita bruta e a baixa do estoque no custo de produtos vendidos.
- (e) Em abril de 2023 a Jalles Bioenergia S.A. sofreu uma penalização de R\$10.524 mil na qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico, (ONS), puniu a Companhia por descumprir o contrato de disponibilidade para o fornecimento de energia elétrica. Em 04 de dezembro de 2023 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deu provimento ao requerimento formulado pela Jalles Bioenergia S.A., para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS altere a classificação do estado operativo da UG1 da UTE Santa Vitória de Desligamento em Urgência (DUR) para Desligamento em Emergência. Com este provimento a Companhia aguarda a formalização por parte da ONS quanto a atualização dos valores não faturados para reverter a punição anteriormente reconhecida. Após este provimento a Companhia obteve, em maio de 2024, a autorização para o faturamento do valor da penalidade corrigido pelo IPCA.

22 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Despesas financeiras				
Juros	(99.179)	(58.769)	(108.599)	(63.623)
Descontos concedidos	(707)	(394)	(709)	(394)
Outros	(5.794)	(137)	(5.897)	(199)
	<u>(105.680)</u>	<u>(59.300)</u>	<u>(115.205)</u>	<u>(64.216)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	25.256	26.632	26.460	28.000
Juros	16.642	2.946	16.642	2.930
Outros	2.805	3.279	2.801	3.281
	<u>44.703</u>	<u>32.857</u>	<u>45.903</u>	<u>34.211</u>
Variação cambial e monetária, líquida				
Clientes e fornecedores	(424)	(472)	(424)	(472)
Caixa e equivalentes de caixa	2.341	(2.517)	2.341	(2.517)
Empréstimos e financiamentos	(11.287)	9.019	(11.287)	9.019
	<u>(9.370)</u>	<u>6.030</u>	<u>(9.370)</u>	<u>6.030</u>
Operações de hedge, líquidas				
Operações Liquidadas				
Operações de açúcar	14.860	(65.715)	14.860	(65.715)
Operações de câmbio	10.067	13.604	10.067	13.604
Operações de indexador	(6.450)	(5.438)	(6.450)	(5.438)
	<u>18.477</u>	<u>(57.549)</u>	<u>18.477</u>	<u>(57.549)</u>
Operações em aberto				
Operações de açúcar	7.474	28.017	7.474	28.017
Operações de câmbio	(72.171)	25.333	(79.930)	25.333
Operações de indexador	(52.666)	26.536	(52.666)	26.536
	<u>(117.363)</u>	<u>79.886</u>	<u>(125.122)</u>	<u>79.886</u>
	<u>(98.886)</u>	<u>22.337</u>	<u>(106.645)</u>	<u>22.337</u>
Financeiras líquidas	<u>(169.233)</u>	<u>1.924</u>	<u>(185.317)</u>	<u>(1.638)</u>

23 Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído):

	Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023
Resultado das operações continuadas	(2.378)	49.492
Número médio ponderado de ações a disposição dos acionistas	301.547.664	294.697.091
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	<u>(0,0079)</u>	<u>0,1679</u>

24 Arrendamentos a pagar

A Companhia possui contratos de aluguel de imóveis urbanos e do parque industrial de sua filial e contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com acionistas e terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita.

Após avaliação e inventário dos contratos, a Jalles Machado S.A. reconheceu ativos e passivos relacionados aos contratos de: parcerias agrícolas para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2)/IFRS 16.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento e dos ativos identificados nos contratos de parceria rural utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 30 de junho de 2024 que foi de 7,18% a.a. (6,30% a.a. em 31 de março de 2024).

Os contratos de parceria agrícola estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Área em parceria	72.336 hectares	73.185 hectares	111.432 hectares	115.211 hectares

A movimentação do direito de uso durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2024 foi a seguinte:

	Controladora			
	Parceria agrícola	Planta industrial	Aluguéis	Total
Saldo em 31 de março de 2023	967.735	43.129	3.112	1.013.976
Adições	52.015	-	-	52.015
Depreciações	(37.746)	(8.626)	(100)	(46.472)
Remensurações	67.589	-	-	67.589
Baixas	(3.006)	-	-	(3.006)
	<u>1.046.587</u>	<u>34.503</u>	<u>3.012</u>	<u>1.084.102</u>
Saldo em 30 de junho de 2023				
Adições	41.938	-	-	41.938
Depreciações	(65.852)	(25.877)	(303)	(92.032)
Remensurações	(68.148)	-	-	(68.148)
Baixas	(639)	-	-	(639)
	<u>953.886</u>	<u>8.626</u>	<u>2.709</u>	<u>965.221</u>
Saldo em 31 de março de 2024				
Adições	11.112	288.051	-	299.163
Depreciações	(38.539)	(8.626)	(99)	(47.264)
Remensurações	12.749	-	-	12.749
Baixas	(781)	-	-	(781)
	<u>938.427</u>	<u>288.051</u>	<u>2.610</u>	<u>1.229.088</u>
Saldo em 30 de junho de 2024				

	Consolidado		
	Parceria agrícola	Aluguéis	Total
Saldo em 31 de março de 2023	1.245.342	17.392	1.262.734
Adições	101.803	-	101.803
Depreciações	(46.547)	(2.274)	(48.821)
Remensurações	65.403	-	65.403
Baixas	(3.006)	-	(3.006)
	<u>1.362.995</u>	<u>15.118</u>	<u>1.378.113</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	1.362.995	15.118	1.378.113
Adições	223.962	-	223.962
Depreciações	(112.871)	(5.521)	(118.392)
Remensurações	(62.016)	-	(62.016)
Baixas	(639)	-	(639)
	<u>1.411.431</u>	<u>9.597</u>	<u>1.421.028</u>
Saldo em 31 de março de 2024	1.411.431	9.597	1.421.028
Adições	84.472	-	84.472
Depreciações	(53.866)	(1.246)	(55.112)
Remensurações	169	-	169
Baixas	(1.568)	-	(1.568)
	<u>1.440.638</u>	<u>8.351</u>	<u>1.448.989</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	1.440.638	8.351	1.448.989

A movimentação no passivo de arrendamento e parcerias agrícolas durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2024, foi a seguinte:

	Controladora			
	Parceria agrícola	Planta industrial	Aluguéis	Total
Saldo em 31 de março de 2023	927.561	46.476	3.106	977.143
Adições	52.015	-	-	52.015
Amortizações	(23.492)	(8.625)	(100)	(32.217)
Baixas	(3.006)	-	-	(3.006)
Pagamento de juros	(11.975)	(1.419)	(26)	(13.420)
Juros provisionados	11.975	1.419	26	13.420
Mensurações posteriores	52.436	-	-	52.436
	<u>1.005.514</u>	<u>37.851</u>	<u>3.006</u>	<u>1.046.371</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	1.005.514	37.851	3.006	1.046.371
Adições	41.938	-	-	41.938
Amortizações	(77.000)	(25.877)	(296)	(103.173)
Baixas	(639)	-	-	(639)
Pagamento de juros	(35.918)	(4.254)	(78)	(40.250)
Juros provisionados	35.918	4.254	78	40.250
Mensurações posteriores	(52.995)	-	-	(52.995)
	<u>916.818</u>	<u>11.974</u>	<u>2.710</u>	<u>931.502</u>
Saldo em 31 de março de 2024	916.818	11.974	2.710	931.502
Adições	11.112	288.051	-	299.163
Amortizações	(27.155)	(8.625)	(100)	(35.880)
Baixas	(781)	-	-	(781)
Pagamento de juros	(11.421)	(1.418)	(26)	(12.865)
Juros provisionados	11.421	1.418	26	12.865
Mensurações posteriores	12.749	-	-	12.749
	<u>912.743</u>	<u>291.400</u>	<u>2.610</u>	<u>1.206.753</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	912.743	291.400	2.610	1.206.753

	Consolidado		
	Parceria agrícola	Aluguéis	Total
Saldo em 31 de março de 2023	1.204.730	19.625	1.224.355
Adições	101.803	-	101.803
Amortizações	(25.590)	(1.970)	(27.560)
Baixas	(3.006)	-	(3.006)
Pagamento de juros	(15.256)	(321)	(15.577)
Juros provisionados	15.256	321	15.577
Mensurações posteriores	50.251	-	50.251
	<u>1.328.188</u>	<u>17.655</u>	<u>1.345.843</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	1.328.188	17.655	1.345.843
Adições	223.962	-	223.962
Amortizações	(135.803)	(6.773)	(142.576)
Baixas	(639)	-	(639)
Pagamento de juros	(57.677)	(491)	(58.168)
Juros provisionados	57.677	491	58.168
Mensurações posteriores	(46.864)	-	(46.864)
	<u>1.368.844</u>	<u>10.882</u>	<u>1.379.726</u>
Saldo em 31 de março de 2024	1.368.844	10.882	1.379.726
Adições	84.472	-	84.472
Amortizações	(56.321)	(1.094)	(57.415)
Baixas	(1.568)	-	(1.568)
Pagamento de juros	(19.745)	(197)	(19.942)
Juros provisionados	19.745	197	19.942
Mensurações posteriores	169	-	169
	<u>1.395.596</u>	<u>9.788</u>	<u>1.405.384</u>
Saldo em 30 de junho de 2024	1.395.596	9.788	1.405.384

Os vencimentos das parcelas registrada no passivo estão demonstradas como segue:

Controladora

	31 de março de 2024				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Parcerias agrícolas a pagar	430.753	21.944	91.721	132.347	184.741
Parcerias agrícolas a pagar (partes relacionadas)	481.990	26.225	111.742	169.097	174.926
Arrendamentos de imóveis urbanos (partes relacionadas)	2.610	507	378	1.521	204
Arrendamentos mercantis a pagar (partes relacionadas)	291.400	20.672	22.156	76.478	172.094
	<u>1.206.753</u>	<u>69.348</u>	<u>225.997</u>	<u>379.443</u>	<u>531.965</u>
Circulante	72.696				
Não circulante	1.134.057				
	31/03/2024				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Parcerias agrícolas a pagar	442.275	26.716	89.236	134.460	191.863
Parcerias agrícolas a pagar (partes relacionadas)	474.543	30.746	105.405	166.834	171.558
Arrendamentos de imóveis urbanos (partes relacionadas)	2.710	507	378	1.521	304
Arrendamentos mercantis a pagar (partes relacionadas)	11.974	11.974	-	-	-
	<u>931.502</u>	<u>69.943</u>	<u>195.019</u>	<u>302.815</u>	<u>363.725</u>
Circulante	69.943				
Não circulante	861.559				

Consolidado

	31 de março de 2024				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Parcerias agrícolas a pagar	913.985	105.925	186.124	327.578	294.358
Parcerias agrícolas a pagar (partes relacionadas)	481.990	26.225	111.742	169.097	174.926
Arrendamentos mercantis a pagar	6.799	3.699	3.100	-	-
Arrendamentos mercantis a pagar (partes relacionadas)	<u>2.610</u>	<u>507</u>	<u>378</u>	<u>1.521</u>	<u>204</u>
	<u>1.405.384</u>	<u>136.356</u>	<u>301.344</u>	<u>498.196</u>	<u>469.488</u>
Circulante	136.356				
Não circulante	1.269.028				

	31/03/2024				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Parcerias agrícolas a pagar	894.682	113.160	170.845	327.723	282.954
Parcerias agrícolas a pagar (partes relacionadas)	474.543	30.746	105.405	166.834	171.558
Arrendamentos mercantis a pagar	7.791	4.656	3.135	-	-
Arrendamentos mercantis a pagar (partes relacionadas)	<u>2.710</u>	<u>507</u>	<u>378</u>	<u>1.521</u>	<u>304</u>
	<u>1.379.726</u>	<u>149.069</u>	<u>279.763</u>	<u>496.078</u>	<u>454.816</u>
Circulante	149.069				
Não circulante	1.230.657				

25 Compromissos

Compromissos de venda de açúcar

A Controladora possui diversos acordos no mercado de açúcar através dos quais se compromete a vender os volumes desses produtos em safras futuras. Esses volumes relacionados aos compromissos estão assim apresentados:

Produto	30/06/2024	31/03/2024
Açúcar (em toneladas) - Unidade Jalles Machado	133.076	47.099
Etanol (m ³)	61.679	7.215

Os compromissos por safra são os seguintes:

Açúcar			
Safra		30/06/2024	31/03/2024
2022/2023 (em toneladas)		632	2.060
2023/2024 (em toneladas)		41.930	42.689
2024/2025 (em toneladas)		<u>91.146</u>	<u>2.350</u>
		<u>133.708</u>	<u>47.099</u>
Etanol			
Safra		30/06/2024	31/03/2024
2022/2023 (m ³)		<u>61.679</u>	<u>7.215</u>
		<u>61.679</u>	<u>7.215</u>

26 Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria e membros dos Conselhos de Administração e de Auditoria, eleitos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2024 à título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 3.490 (R\$ 3.413 em 30 de junho de 2023), registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2024 e 31 de março de 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos de três meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico.

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	30/06/2023
Circulante						
Bancos conta movimento (nota 3) (c)	1.206	2.373	-	-	-	-
Aplicações financeiras (nota 3) (c)	28.674	35.077	-	-	260	1.182
Estoques (nota 6)	1	38	-	-	(8)	(103)
	<u>29.881</u>	<u>37.488</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252</u>	<u>1.079</u>
Dividendos a receber						
Albioma Esplanada Energia S.A.	3.888	3.888	-	-	-	-
	<u>3.888</u>	<u>3.888</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Circulante						
Clientes e fornecedores (nota 5) (nota 12)						
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda	34	-	-	29	121	(50)
Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S/A	5	5	-	-	15	15
Vera Cruz Agropecuária Ltda	1	-	-	-	2	7
Solo Verde S.A.	-	-	-	-	52	78
Outras partes relacionadas	-	-	16	-	(315)	-
Remuneração de garantias a acionistas (h)	-	-	419	1.081	(419)	(909)
	<u>40</u>	<u>5</u>	<u>435</u>	<u>1.110</u>	<u>(544)</u>	<u>(859)</u>
Outras contas a pagar						
Albioma Codora Energia S.A.	-	-	(9.688)	-	-	-
Arrendamentos (Nota 24)						
Arrendamentos a pagar (e)	-	-	21.179	38.229	(146)	(1.422)
Parcerias agrícolas a pagar (d)	-	-	26.225	22.919	(1.317)	(3.081)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.404</u>	<u>61.148</u>	<u>(1.463)</u>	<u>(4.503)</u>
Não Circulante (Nota 5)						
Purolim S/A	540	463	-	-	15	16
Solo Verde S.A. (i)	-	682	-	-	-	27
	<u>540</u>	<u>1.145</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>43</u>
Direitos de uso (Nota 24)						
Direito de uso - parcerias (f)	481.990	482.714	-	-	(14.041)	(15.039)
Direito de uso - arrendamentos (g)	294.010	49.582	-	-	(8.725)	(8.726)
	<u>776.000</u>	<u>532.296</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.766)</u>	<u>(23.765)</u>
Arrendamentos (Nota 24)						
Arrendamentos a pagar (e)	-	-	272.831	11.353	(1.298)	(23)
Parcerias agrícolas a pagar (d)	-	-	455.765	459.795	(11.508)	(29.313)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>728.596</u>	<u>471.148</u>	<u>(12.806)</u>	<u>(29.336)</u>

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	30/06/2023
Circulante						
Bancos conta movimento (nota 3) (c)	1.233	5.946	-	-	-	-
Aplicações financeiras (nota 3) (c)	48.607	65.227	-	-	1.361	2.339
Estoques (nota 6)	1	38	-	-	(8)	(103)
	<u>49.841</u>	<u>71.211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.353</u>	<u>2.236</u>
Dividendos						
Albioma Esplanada Energia S.A.	3.888	3.888	-	-	-	-
	<u>3.888</u>	<u>3.888</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Circulante						
Clientes e fornecedores						
Vera Cruz Agropecuária Ltda	1	-	-	-	2	7
Solo Verde S.A. (i)	-	-	-	-	52	78
Remuneração de garantias a acionistas (h)	-	-	419	1.081	(419)	(909)
Outras partes relacionadas	-	-	16	-	(315)	-
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>435</u>	<u>1.081</u>	<u>(680)</u>	<u>(824)</u>
Arrendamentos (Nota 24)						
Parcerias agrícolas a pagar (d)	-	-	26.225	22.919	(1.317)	(3.081)
Arrendamentos a pagar (e)	-	-	507	378	(4)	(3)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.732</u>	<u>23.297</u>	<u>(1.321)</u>	<u>(3.084)</u>
Não Circulante - Contas a receber (nota 5)						
Solo Verde S.A. (i)	-	682	-	-	-	27
	<u>-</u>	<u>682</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27</u>
Direitos de uso (Nota 24)						
Direitos de uso - parceria agrícola (f)	481.990	482.714	-	-	(14.041)	(15.039)
Direito de uso - arrendamentos (g)	2.610	3.106	-	-	(99)	(100)
	<u>484.600</u>	<u>485.820</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.140)</u>	<u>(15.139)</u>
Arrendamentos (Nota 24)						
Parcerias agrícolas a pagar (d)	-	-	455.765	459.795	(11.508)	(29.313)
Arrendamentos a pagar (e)	-	-	2.103	2.728	(22)	(23)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>457.868</u>	<u>462.523</u>	<u>(11.530)</u>	<u>(29.336)</u>

- (a) Venda de mercadorias e prestação de serviços diversos para a coligada Albioma Codora Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A.
- (b) Aquisição e venda de mercadorias e serviços da coligada Albioma Esplanada Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A.
- (c) Saldo correspondente a conta corrente e aplicações financeiras com incidência de juros à remuneração de mercado junto ao Banco Coopercred, cooperativa de crédito onde a Companhia é cotista.
- (d) Parcerias agrícolas são com os acionistas e Companhias do mesmo grupo econômico, para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2)/IFRS 16. O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana utilizando o mix de produtos e preços praticados pela Jalles Machado S.A.. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, capacidade de irrigação, viabilidade de produção de cana orgânica, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.
- (e) Contrato de arrendamento de parque industrial da controlada Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A onde a Companhia tem instalada a filial Unidade Otávio Lage e de imóveis urbanos arrendados da Agrojalles S.A.
- (f) Direitos de uso de terras arrendadas em modalidade de parcerias agrícolas. Parcerias agrícolas acionistas e Companhias do mesmo grupo econômico para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2)/IFRS 16. O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana utilizando o mix de produtos e preços praticados pela Jalles Machado S.A.. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, capacidade de irrigação, viabilidade de produção de cana orgânica, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.
- (g) Direito de uso sobre o arrendamento de parque industrial entre a Controladora e a Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.
- (h) Remuneração de garantias (reais e fidejussórias) prestadas em contratos financeiros celebrados pela Jalles Machado S.A., onde os acionistas assumiram responsabilidade solidária para o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias. Prazo: prazo de duração de cada contrato financeiro, ou seja, enquanto perdurar a garantia. Taxa de remuneração: 1,60% a.a, equivalente a 80% do valor da carta fiança bancária – conforme cotação realizada com três instituições bancárias de grande porte.
- (i) Venda de 25% da aeronave para a Solo Verde S.A. conforme contrato firmado entre as partes em 07 de dezembro de 2021. A Agrojalles S.A. pagou em 22 de dezembro 2021 o correspondente à 25% da diferença entre o valor de mercado da aeronave e o saldo devedor do financiamento e pagará o percentual equivalente a 25% do valor de cada parcela vincenda da dívida contratada em 20 de julho de 2018. Na data de celebração do contrato restavam 33 parcelas a serem pagas.

Em 22 de abril de 2015 a Companhia firmou contrato com sua coligada Albioma Codora Energia S.A. com o objeto reunir ativos, insumos, recursos técnicos, humanos e financeiros das partes para produzir energia elétrica e vapor d'água, que utiliza biomassa (bagaço e palha de cana-de-açúcar, cavaco de madeira, serragem, dentre outros compostos) e tem vigência até 15 de março de 2035, sendo a Companhia a responsável pelo fornecimento dos insumos, recebendo em troca energia elétrica.

Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, entre outros.

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Alimentação	6.862	7.425	7.261	7.749
Transporte	8.398	7.951	12.689	11.443
Participação nos lucros	7.729	5.687	7.729	8.200
Assistência médica/odontológica	4.874	3.211	7.480	5.041
Educação	549	505	549	505
Bolsa de estudos	20	29	20	29
Outros	5.561	6.484	5.776	6.525
	33.993	31.292	41.504	39.492

27 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possui dois segmentos operacionais de negócio: 1 - Açúcar, Etanol e derivados do processo agroindustrial da cana-de-açúcar (AED); e 2 – Energia elétrica. As atividades apresentadas na coluna “Outros” não se qualificam como segmentos operacionais e representam atividades não alocadas a segmentos.

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a Diretoria Executiva conforme as alçadas estabelecidas no processo implementado pela Companhia e suas controladas.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos processos industriais pela Companhia e pelas suas controladas, compondo os seguintes seguimentos:

Açúcar, etanol e derivados do processo agroindustrial da cana-de-açúcar (AED).
 Energia elétrica.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por negócio, com foco na rentabilidade:

	30/06/2024				
	AED Goiás	AED Minas Gerais	Energia	Outros	Total
Receita Bruta					
Mercado interno					
Etanol	112.468	77.188	-	-	189.656
Açúcar branco	156.751	-	-	-	156.751
Açúcar orgânico	10.960	-	-	-	10.960
Soja	2.917	-	-	-	2.917
Energia elétrica	-	-	26.755	-	26.755
Saneantes	8.698	-	-	-	8.698
Derivados de levedura	1.361	-	-	-	1.361
CBIOS	8.959	7.664	-	-	16.623
Outras vendas	1.183	275	207	-	1.665
	<u>303.297</u>	<u>85.127</u>	<u>26.962</u>	<u>-</u>	<u>415.386</u>
Mercado externo					
Açúcar branco	9.374	-	-	-	9.374
Açúcar orgânico	41.421	-	-	-	41.421
	<u>50.795</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.795</u>
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	<u>(43.266)</u>	<u>(16.800)</u>	<u>(4.481)</u>	<u>(366)</u>	<u>(64.913)</u>
Receita Líquida	<u>310.826</u>	<u>68.327</u>	<u>22.481</u>	<u>(366)</u>	<u>401.268</u>
(Custos e despesas)					
Custo dos produtos vendidos	226.998	(68.211)	(13.194)	-	308.403
Varição do Valor Justo do Ativo Biológico	64.444	13.827	-	-	78.271
Lucro bruto	<u>148.272</u>	<u>13.943</u>	<u>9.287</u>	<u>(366)</u>	<u>171.136</u>
Despesas com vendas					
Demais despesas operacionais, líquidas	(39.887)	(779)	(726)	-	(41.392)
	<u>(21.243)</u>	<u>6.470</u>	<u>30.303</u>	<u>286</u>	<u>15.816</u>
Lucro operacional	<u>87.142</u>	<u>19.634</u>	<u>38.864</u>	<u>(80)</u>	<u>145.560</u>
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial					
	4.948	-	-	-	4.948
Resultado financeiro					
	167.813	(16.322)	(2.268)	1.086	185.317
Resultado antes dos tributos	<u>(75.723)</u>	<u>3.312</u>	<u>36.596</u>	<u>1.006</u>	<u>(34.809)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos					
	60.629	(7.186)	(19.552)	(1.460)	32.431
Resultado do exercício	<u>(15.094)</u>	<u>(3.874)</u>	<u>17.044</u>	<u>(454)</u>	<u>(2.378)</u>

	30/06/2023				
	AED Goiás	AED Minas Gerais	Energia	Outros	Total
Receita Bruta					
Mercado interno					
Etanol	89.234	100.531	-	-	189.765
Açúcar branco	182.166	-	-	-	182.166
Açúcar orgânico	8.193	-	-	-	8.193
Soja	2.349	-	-	-	2.349
Energia elétrica	-	-	23.895	-	23.895
Saneantes	12.773	-	-	-	12.773
Derivados de levedura	3.237	-	-	-	3.237
CBIOS	1.003	9.415	-	-	10.418
Outras vendas	1.995	199	2.365	-	4.559
	<u>300.950</u>	<u>110.145</u>	<u>26.260</u>	<u>-</u>	<u>437.355</u>
Mercado externo					
Açúcar branco	19.434	-	-	-	19.434
Açúcar orgânico	42.915	-	-	-	42.915
	<u>62.349</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.349</u>
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	<u>(35.663)</u>	<u>(13.939)</u>	<u>(4.683)</u>	<u>(367)</u>	<u>(54.652)</u>
Receita Líquida	<u>327.636</u>	<u>96.206</u>	<u>21.577</u>	<u>(367)</u>	<u>445.052</u>
Custo dos produtos vendidos	<u>(221.185)</u>	<u>(83.586)</u>	<u>(12.293)</u>	<u>-</u>	<u>(317.064)</u>
Varição do Valor Justo do Ativo Biológico	<u>(40.421)</u>	<u>26.307</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.114)</u>
Lucro bruto	<u>66.030</u>	<u>38.927</u>	<u>9.284</u>	<u>(367)</u>	<u>113.874</u>
Despesas com vendas	<u>(29.878)</u>	<u>(1.127)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(31.005)</u>
Demais despesas operacionais, líquidas	<u>(3.749)</u>	<u>(2.445)</u>	<u>(10.738)</u>	<u>181</u>	<u>(16.751)</u>
Lucro operacional	<u>32.403</u>	<u>35.355</u>	<u>(1.454)</u>	<u>(186)</u>	<u>66.118</u>
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial	4.414	-	-	-	4.414
Resultado financeiro	3.343	(3.395)	(2.725)	1.139	(1.638)
Resultado antes dos tributos	<u>40.160</u>	<u>31.960</u>	<u>(4.179)</u>	<u>953</u>	<u>68.894</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	<u>(9.158)</u>	<u>(10.163)</u>	<u>1.399</u>	<u>(1.480)</u>	<u>(19.402)</u>
Resultado do exercício	<u>31.002</u>	<u>21.797</u>	<u>(2.780)</u>	<u>(527)</u>	<u>49.492</u>

No período de três meses findo em 30 de junho de 2024 e 2023, nenhum cliente da Companhia respondeu por 10% ou mais das receitas líquidas do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Goiás. No período de três meses findo em 30 de junho de 2024 três clientes responderam por 53,04% das receitas líquidas do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Minas Gerais e três clientes responderam por 33,32% das receitas líquidas no segmento de Energia Elétrica em Minas Gerais (no mesmo período em 2023, três clientes responderam por 50,27% das receitas líquidas do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Minas Gerais e nenhum cliente respondeu por 10% ou mais das receitas líquidas do segmento de Energia elétrica em Minas Gerais).

Os quadros abaixo apresentam a receita da Companhia e suas controladas por região geográfica:

	30/06/2024					
	Controladora			Consolidado		
	Receita Bruta	Impostos e devoluções	Receita Líquida	Receita Bruta	Impostos e devoluções	Receita Líquida
Mercado externo						
América do Norte	33.643	-	33.643	33.643	-	33.643
América do Sul (ex-Brasil)	77	-	77	77	-	77
Europa	14.552	-	14.552	14.552	-	14.552
Oceania	610	-	610	610	-	610
Oriente Médio e Ásia	1.913	-	1.913	1.913	-	1.913
	<u>50.795</u>	<u>-</u>	<u>50.795</u>	<u>50.795</u>	<u>-</u>	<u>50.795</u>
Mercado interno						
Centro-Oeste	49.217	(6.372)	42.845	57.355	(7.741)	49.614
Nordeste	25.487	(4.666)	20.821	47.126	(7.412)	39.714
Norte	10.155	(1.854)	8.301	13.874	(2.528)	11.346
Sudeste	216.350	(30.197)	186.153	294.585	(46.942)	247.643
Sul	1.158	(178)	980	2.446	(290)	2.156
	<u>302.367</u>	<u>(43.267)</u>	<u>259.100</u>	<u>415.386</u>	<u>(64.913)</u>	<u>350.473</u>
Total	<u>353.162</u>	<u>(43.267)</u>	<u>309.895</u>	<u>466.181</u>	<u>(64.913)</u>	<u>401.268</u>

	30/06/2023					
	Controladora			Consolidado		
	Receita Bruta	Impostos e devoluções	Receita Líquida	Receita Bruta	Impostos e devoluções	Receita Líquida
Mercado externo						
América do Norte	28.979	-	28.979	28.979	-	28.979
Europa	29.855	-	29.855	29.855	-	29.855
Oceania	559	-	559	559	-	559
Oriente Médio e Ásia	2.956	-	2.956	2.956	-	2.956
	<u>62.349</u>	<u>-</u>	<u>62.349</u>	<u>62.349</u>	<u>-</u>	<u>62.349</u>
Mercado interno						
Centro-Oeste	156.224	(13.653)	142.571	162.724	(14.759)	147.965
Nordeste	77.962	(11.572)	66.390	84.956	(12.225)	72.731
Norte	20.526	(3.290)	17.236	23.705	(3.780)	19.925
Sudeste	39.385	(6.049)	33.336	158.198	(22.685)	135.513
Sul	6.656	(1.099)	5.557	7.772	(1.203)	6.569
	<u>300.753</u>	<u>(35.663)</u>	<u>265.090</u>	<u>437.355</u>	<u>(54.652)</u>	<u>382.703</u>
Total	<u>363.102</u>	<u>(35.663)</u>	<u>327.439</u>	<u>499.704</u>	<u>(54.652)</u>	<u>445.052</u>

Ativos e passivos operacionais por segmento

Os ativos e passivos operacionais da Companhia e suas controladas foram segregados por segmento e estão abaixo apresentados.

Ativo	AED			Energia		Total	
	30/06/2024 Goiás	30/06/2024 Minas Gerais	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	1.294.451	1.240	1.027.895	2.162	21.968	1.297.853	1.049.863
Caixa restrito	17.800	-	17.453	-	-	17.800	17.453
Contas a receber e outros recebíveis	50.227	6.181	99.975	16.207	26.100	72.615	126.075
Estoques	333.452	148.553	218.863	8.874	5.985	490.879	224.848
Adiantamento a fornecedores	1.866	964	2.678	763	596	3.593	3.274
Ativos biológicos	441.792	143.574	531.263	-	-	585.366	531.263
Instrumentos financeiros derivativos	40.472	-	61.765	-	-	40.472	61.765
Impostos e contribuições a recuperar	39.238	22.035	51.850	232	573	61.505	52.423
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	53.477	-	41.586	163	8	53.640	41.594
Dividendos a receber	3.888	-	3.888	-	-	3.888	3.887
Outros ativos	3.240	2.415	7.047	620	791	6.275	7.838
Total do ativo circulante	2.279.903	324.962	2.064.263	29.021	56.021	2.633.886	2.120.283
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Caixa restrito	1.487	-	2.129	-	-	1.487	2.129
Contas a receber e outros recebíveis	(11.193)	44.645	54.532	20.265	-	53.717	54.532
Instrumentos financeiros derivativos	80.654	-	86.765	-	-	80.654	86.765
Impostos diferidos	5.305	-	24.992	5.305	24.992	5.305	24.992
Depósitos judiciais	67.056	2.434	65.558	44	43	69.534	65.601
Impostos e contribuições a recuperar	11.185	88.059	95.931	5.990	6.105	105.234	102.036
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	496	482	-	8	496	490
Total do realizável a longo prazo	154.494	135.634	330.389	31.604	31.148	316.427	336.545
Investimentos	95.084	2	89.652	-	-	95.086	89.652
Imobilizado	1.641.667	904.420	2.557.468	158.821	162.211	2.704.908	2.719.679
Direitos de uso	941.037	507.952	1.421.028	-	-	1.448.989	1.421.028
Intangível	11.520	3.425	13.529	1.223	1.224	16.168	14.753
Total do ativo não circulante	2.689.308	1.415.799	4.081.677	160.044	163.435	4.265.151	4.245.112
Total do ativo	5.123.705	1.876.395	6.476.329	220.669	250.604	7.215.464	6.701.940

Passivo	AED			Energia		Total	
	30/06/2024	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024	31/03/2024

	Goiás	Minas Gerais						
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	207.064	-	229.699	7.852	7.878	214.916	237.577	
Arrendamentos a pagar	48.676	87.680	149.069	-	-	136.356	149.069	
Fornecedores e outras contas a pagar	99.452	57.970	114.516	3.167	44.873	160.589	159.389	
Instrumentos financeiros derivativos	116.988	2.465	88.015	-	-	119.453	88.015	
Provisões e encargos trabalhistas	42.247	15.583	43.172	1.462	1.435	59.292	44.607	
Obrigações fiscais	13.012	6.728	18.244	2.872	2.295	22.612	20.539	
Dividendos a pagar	4.775	-	3.179	-	1.596	4.775	4.775	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23.872	-	1.377	834	1.106	24.706	2.483	
Adiantamento de clientes	86.632	2.345	28.859	108	91	89.085	28.950	
Total do passivo circulante	642.718	172.771	676.130	16.295	59.274	831.784	735.404	
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	2.719.204	-	2.331.813	65.597	67.363	2.784.801	2.399.176	
Arrendamentos a pagar	866.677	402.351	1.230.657	-	-	1.269.028	1.230.657	
Instrumentos financeiros derivativos	146.302	5.325	85.243	-	-	151.627	85.243	
Impostos diferidos	69.170	14.801	172.333	-	-	78.666	147.340	
Obrigações fiscais	3.930	-	7.377	-	-	3.930	7.377	
Fornecedores e outras contas a pagar	431	-	419	-	-	431	419	
Provisões para contingências	13.179	9.638	21.566	-	-	22.817	21.566	
Total do passivo não circulante	3.818.893	432.115	3.849.408	65.597	67.363	4.311.300	3.891.778	
Capital social	4.574	915.513	920.087	119.179	119.179	1.039.266	1.039.266	
Reservas de lucros	645.829	355.996	1.021.423	19.598	-	1.021.423	1.021.423	
Ajustes de avaliação patrimonial	12.325	-	12.692	-	-	12.325	12.692	
Dividendos adicionais propostos	15.638	-	10.850	-	4.788	15.638	15.638	
Ações em tesouraria	(14.261)	-	(14.261)	-	-	(14.261)	(14.261)	
Prejuízos acumulados	(2.011)	-	-	-	-	(2.011)	-	
Total do patrimônio líquido	662.094	1.271.509	1.950.791	138.777	123.967	2.072.380	2.074.758	
Total do passivo e patrimônio líquido	5.123.705	1.876.395	6.476.329	220.669	250.604	7.215.464	6.701.940	

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

Ativo imobilizado

Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2024, foram gastos com aquisição de ativos imobilizados R\$ 28.789 na controladora (R\$ 24.355 em 30 de junho de 2023) e de R\$ 71.530 no consolidado (R\$ 28.594 em 30 de junho 2023) da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Custo com aquisição imobilizado	82.576	108.287	164.639	144.229
Saldo de fornecedor no fim do período	(4.523)	(22.110)	(11.214)	(22.110)
Aquisição Plantio	(49.304)	(61.822)	(79.294)	(93.525)
	28.749	24.355	74.131	28.594

* * *

Conselho de Administração

Oscar de Paula Bernardes Neto
Presidente e Conselheiro Independente

Alexandre Lahóz Mendonça de Barros
Vice-Presidente e Conselheiro Independente

Plínio Mário Nastari
Conselheiro Executivo

Otávio Lage de Siqueira Filho
Membro

Silvia Regina Fontoura de Siqueira
Membro

Clóvis Ferreira de Moraes
Membro

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho
Membro

Diretoria executiva

Otávio Lage de Siqueira Filho
Diretor Presidente

Rodrigo Penna de Siqueira
Diretor Financeiro

Henrique Penna de Siqueira
Diretor Comercial

Joel Soares Alves da Silva
Diretor de Operações

Contador

Nelson Gomes da Silva Neto
CRC/GO nº 011 107/O-2